INFORMS

INFORMATIVO MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO COM AS PRINCIPAIS NOTÍCIAS DOS SETORES PORTUÁRIO E DE NAVEGAÇÃO

Edição 155/2023
Data: 14/09/2023

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP) ***4***
PRIVATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS NÃO É PRIORIDADE A NOVO MINISTRO DE PORTOS E AEROPORTOS 4
POTENCIAL HIDROVIÁRIO É DESTACADO EM POSSE DE SILVIO COSTA FILHO 5
MÁRCIO FRANÇA COMPARA TRANSIÇÃO DO MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS A CASAMENTO 7
CONTÊINERES CAEM DE TERMINAL NO MAR NO PORTO DE SANTOS DURANTE FORTE VENTANIA 7
MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA ***8***
GOVERNO APRESENTA PROJETO DE LEI QUE CRIA INCENTIVOS AOS COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS 8
LULA CANCELA IDA À REFINARIA ABREU E LIMA QUE ACONTECERIA NESTA SEXTA EM PE 10
CÂMARA APROVA URGÊNCIA E MINIRREFORMA ELEITORAL VAI A PLENÁRIO 11
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF ***12***
SILVIO COSTA FILHO E RAQUEL LYRA ANUNCIAM A REQUALIFICAÇÃO DO AEROPORTO DE SERRA TALHADA 12
LULA E MINISTRO COSTA FILHO DISCUTEM BARATEAMENTO DE PASSAGENS COM CEO DA LATAM 13
PORTAL PORTO GENTE ***14***
PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL BATEM RECORDES DE EXPORTAÇÕES 14
ATP ESPERA DIÁLOGO PRODUTIVO COM NOVO MINISTRO DE PORTOS E AEROPORTOS 15
SÍLVIO COSTA ASSUME O MINISTÉRIO DOS PORTOS E AEROPORTOS 15
BE NEWS – BRASIL EXPORT ***16***
EDITORIAL – DIÁLOGO E DESENVOLVIMENTO 16
NACIONAL - HUB – CURTAS 17
Conciliação 1 ..... *17*
Conciliação 2 ..... *17*
Pai da noiva *17*
Reunião *18*
REGIÃO SUDESTE - NOVO MINISTRO DIZ QUE NÃO PENSA EM DESESTATIZAR O PORTO DE SANTOS 18
REUNIÃO COM LULA E CEO DA LATAM DISCUTE REDUÇÃO DE PREÇOS DAS PASSAGENS 19
REGIÃO SUL - MMS EMPREENDIMENTOS FAZ MELHOR OFERTA EM LEILÃO PARA OPERAR NO PORTO DE ITAJAÍ 19
INTERNACIONAL – MERCOSUL EXPORT – MONTEVIDÉU-URUGUAI 21
REGIÃO SUDESTE - MIRANDO A OPERAÇÃO VERÃO, MARINHA LANÇA APLICATIVO DE SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO 21
REGIÃO SUDESTE - BTP, DPW, ECOPORTO E SANTOS BRASIL SE UNEM NO DIA MUNDIAL DA LIMPEZA 23
REGIÃO NORDESTE - PORTO DO ITAQUI PARTICIPA DE SEMINÁRIO SOBRE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS PARA O MARANHÃO 23
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS ***24***
GOVERNO LANÇA O PROJETO COMBUSTÍVEL DO FUTURO; VEJA AS PROPOSTAS 24
PREÇO DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS CAIU 17% NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2023, MOSTRA LEVANTAMENTO 26
LULA CONFIRMA APOIO À ANTECIPAÇÃO DA MISTURA OBRIGATÓRIA DE BIODIESEL 27
MME PROPÕE REDUÇÃO DE 11% NA META DECENAL DO RENOVABIO 28
BRASIL PRECISA AGIR RÁPIDO PARA NÃO PERDER OPORTUNIDADE DO HIDROGÊNIO VERDE, DIZ VESTAS 29
PETROBRAS ANUNCIA EÓLICAS OFFSHORE E AVALIA AQUISIÇÕES EM TERRA 30
JORNAL O GLOBO – RJ ***32***
CÂMARA APROVA COMPENSAÇÃO DE PERDAS DE R$ 27 BILHÕES DE ICMS PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS 32
PETROBRAS ASSINA ACORDO COM TOTAL E CASA DOS VENTOS PARA INVESTIR EM ENERGIA RENOVÁVEL 33
DIRETOR DO BNDES AFIRMA QUE PAÍSES QUE DEVEM AO BRASIL NÃO TERÃO FINANCIAMENTO DO BANCO 34
NAVIO CARGUEIRO SUSTENTÁVEL COM VELAS MECÂNICAS CHEGA AO BRASIL NESTA SEXTA-FEIRA; VÍDEO 36
EVENTO NO PIER MAUÁ VAI DEBATER FUTURO DA CONSTRUÇÃO COM ESPECIALISTAS INTERNACIONAIS 37
VALOR ECONÔMICO (SP) ***37***
FUFUCA ADMITE QUE PARTE DO PP NÃO ESTARÁ NA BASE, MAS APONTA LIRA COMO ALIADO DO GOVERNO 37
SIGMA LITHIUM DIZ QUE IRÁ AVALIAR OFERTAS DE AQUISIÇÃO 39
EUA APOSTAM EM DESENVOLVER PARCERIAS EM INFRAESTRUTURA NO BRASIL 40
BUROCRACIA PODE GERAR PERDAS DE R$ 59 BI EM 3 ANOS 42
PORTAL PORTOS E NAVIOS ***43***
REVITALIZAÇÃO DEVE FOCAR EM COMPETITIVIDADE, APONTA MDIC 43
PORTOS RS CONTRATA STARTUP PARA MONITORAR LEITO MARINHO 44

MAERSK NOMEIA PRIMEIRO PORTA-CONTÊINERES DO MUNDO MOVIDO A METANOL 45
ANP FARÁ CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICAS SOBRE INCLUSÃO DE CORANTE NO ÓLEO DIESEL MARÍTIMO 45
PETROBRAS ESTUDA PROJETOS DE ENERGIA EÓLICA OFFSHORE EM NOVAS ÁREAS DO LITORAL BRASILEIRO 46
PRORROGAÇÃO DO REPORTO SERÁ UM DOS PRINCIPAIS TEMAS NA AGENDA EMPRESARIAL COM COSTA FILHO 47
MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA 48
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM 48

A TRIBUNA DIGITAL (SP)

PRIVATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS NÃO É PRIORIDADE A NOVO MINISTRO DE PORTOS E AEROPORTOS

Silvio Costa Filho defende gestão pública e prioriza túnel Santos-Guarujá

Por: Ted Sartori

Silvio Costa Filho defende gestão pública e prioriza túnel Santos-Guarujá Foto: Vosmar Rosa/MT

O Porto de Santos está no alvo do novo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho. Ao tomar posse na manhã desta quarta (13), em ato com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e à tarde, ao receber o cargo de Márcio França, o titular da pasta deixou claro em entrevista e no seu discurso que não pretende privatizar o complexo portuário santista, o maior do Hemisfério Sul, e que o túnel Santos-Guarujá segue como uma das prioridades. A nomeação foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União.

“O nosso desejo é de trabalhar pela não privatização, mas vamos dialogar com o setor produtivo. Decisão portuária de privatização é decisão de governo”, afirmou o ministro. A intenção de Costa Filho, inclusive, era se reunir com o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini. Ele estava em Brasília para a cerimônia de posse.

“Eu vou ligar para o presidente Pomini para já a partir de amanhã (quinta) ou sexta-feira fazermos uma reunião sobre o Porto de Santos”, revelou Costa Filho. A Tribuna apurou que, em tese, Pomini estaria de volta hoje à Cidade p

“É um porto rentável, com quase R$ 3 bilhões em caixa, que vai liderar a maior obra do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do Brasil, que é o túnel Santos-Guarujá, na ordem de R$ 5,5 bilhões. Vamos dialogar com os trabalhadores, que são os que fazem o Porto de Santos”, prosseguiu o ministro de Portos e Aeroportos, em contato com os jornalistas, logo depois da posse.

No discurso da transmissão de cargo, Silvio Costa Filho aumentou o tempo de espera da Baixada Santista relacionada à ligação entre as duas cidades. “É uma obra que há mais de 100 anos era sonhada e, se Deus quiser, vai sair pelas mãos do presidente Lula. Há R$ 2 bilhões alocados para esta obra, um desejo antigo de Márcio França, de Geraldo Alckmin (vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços) e, sem dúvida alguma, do presidente Lula”, disse. Na verdade, o primeiro projeto foi apresentado há 96 anos e noticiado por A Tribuna em 23de janeiro de 1927.

O Porto de Santos também foi colocado como exemplo pelo novo ministro quando o assunto foi a enorme capacidade brasileira na agenda portuária. “Mais de 30% da corrente de exportação do País passa pelo Porto de Santos. A gente tem, sem dúvida, um grande potencial de crescimento”, projetou. “É uma posição do presidente Lula e de Alckmin: não temos preconceito com quem produz. Queremos buscar o setor produtivo para ajudar a produzir a geração de emprego e de renda”, emenda.

Contatos e antecessor

Municipalista convicto, Costa Filho – que pediu licença na Câmara, onde cumpria segundo mandato como deputado federal pelo Republicanos – pretende estabelecer contato com os poderes Executivos de todas as esferas.

“Vamos ligar aos 27 governadores, prefeitos de capitais, enfim, todos os prefeitos. Sou municipalista convicto. Precisamos trabalhar para o fortalecimento das nossas cidades. O problema do Brasil não está apenas em Brasília. Está nos nossos municípios, por conta das dificuldades pelas quais o municipalismo passa. Estamos falando, só no Ministério de Portos e Aeroportos, de R$ 70 bilhões nesses próximos quatro anos”.

Ao classificar o ministério como “a maior responsabilidade da vida” não apenas pela responsabilidade, mas também por integrar o Governo Lula, Costa Filho também não deixou de saudar seu antecessor, Márcio França, e disse contar com ele para seguir conversando.

Depois do abraço, Costa Filho saudou o antecessor, Márcio França, e disse contar com ele para seguir conversando. Foto: Vosmar Rosa/MT

“Queria parabenizá-lo pelo espírito público e a forma como organizou esse ministério Não é tarefa fácil substitui-lo porque o senhor sabe que deixa um amigo. Quero sempre dialogar sobre São Paulo e o Brasil, construindo uma agenda de maneira coletiva. Não estamos em carreira solo. Fazemos parte do time do presidente Lula”.

Histórico

Filho do ex-deputado federal Sílvio Costa (Republicanos) - atual suplente da senadora pernambucana Teresa Leitão (PT) -, Silvio Costa Filho tem 41 anos, é de Recife e formado em Pedagogia.

Antes de ser eleito deputado federal, o agora ministro de Portos e Aeroportos já tinha sido vereador da cidade em que nasceu - onde iniciou na vida pública em 2004 -, deputado estadual e secretário do Turismo de Pernambuco.

Mudanças

A posse de Silvio Costa Filho como ministro de Portos e Aeroportos faz parte de uma minirreforma ministerial desenhada pelo Governo Lula nos últimos meses para atrair o apoio político dos partidos do Centrão no Congresso Nacional, ampliando a base nas votações realizadas pelo Poder Legislativo. Além da destinação da pasta portuária e aeroportuária ao Republicanos, o Ministério do Esporte entrou na mesa de negociações e ficou com André Fufuca, do PP. Já o PSB, aliado de primeira hora da gestão petista, viu um de seus nomes mais fortes, Márcio França, ser realocado ao Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, criado nesta quarta-feira.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 14/09/2023

POTENCIAL HIDROVIÁRIO É DESTACADO EM POSSE DE SILVIO COSTA FILHO

Titular de Portos e Aeroportos pretende trabalhar pelo setor, em conjunto com o ministro dos Transportes, Renan Filho

Por: Ted Sartori

Hidrovia Tietê-Paraná: novo ministro de Portos e Aeroportos pede trabalho conjunto para a expansão do modal, um dos menos poluentes Foto: Leonardo Pepi/Ministério dos Transportes

As hidrovias estão no radar do novo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho. Para isso, o titular da pasta deseja contar com o apoio e a liderança do ministro dos Transportes, Renan Filho, para construir, de maneira coletiva, toda a política envolvendo o assunto. Ele abordou o tema ontem, em Brasília, na cerimônia de posse no cargo.

“Há uma perspectiva de crescimento importante. No Brasil, temos 18 mil km de hidrovias, e há potencial de 42 mil km para a gente poder avançar. A cada 25 barcaças, que sem dúvida alguma fazem parte de um transporte limpo, vamos retirar 1.200 caminhões do trânsito, porque isso ajuda na mobilidade e escoamento da produção. Vamos construir essa política de hidrovias de maneira coletiva”, detalha Costa Filho.

Em 15 de agosto, as hidrovias foram alvo de debate na 9ª edição do seminário Hidrovia Já, Indústria & Porto, realizado pela Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Santos (AEAS). Com a participação de autoridades e especialistas do setor, o evento mostrou como o modal hidroviário pode ser decisivo na região.

“Estão previstos R$ 4,1 bilhões em investimentos, atrelados ao novo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)”, afirmou, na ocasião, o secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Fabrizio Pierdomenico. Estava sendo trabalhada a modelagem de um sistema de concessões das hidrovias, de modo a garantir investimentos privados no modal.

Em São Paulo, o Governo do Estado anunciou que o estudo que levará à elaboração do Plano de Logística e Investimentos deverá começar em novembro. Essa é a previsão da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), que analisa as propostas enviadas por empresas interessadas em prestar o serviço. O plano de logística, com conclusão prevista para 2025, norteará o Estado no desenvolvimento de projetos que visam expandir os modais rodoviário, ferroviário e hidroviário.

“O mundo tem recursos à procura de investimentos privados em portos, aeroportos, rodovias e infraestrutura. Hoje, vejo o Brasil como a janela de oportunidades. Na hora em que dermos segurança jurídica e estabilidade às instituições, haverá um sinal de credibilidade ao mundo. Tanto é que a nota de crédito começou a melhorar. Isso significa mais investimentos públicos e privados”, afirma o ministro de Portos e Aeroportos.

Outros modais

Silvio Costa Filho destaca o Porto de Santos como exemplo e as hidrovias com potencial de elevação de aproveitamento, o mesmo acontece com outros complexos portuários pelo Brasil e a aviação em geral.

“Mais de 98% de nossas exportações e importações passam por portos e aeroportos, temos mais de 250 portos públicos e privados, mais de 500 aeroportos e aeródromos e também temos como prioridade a aviação internacional, nacional e regional para que a gente leve oportunidade de desenvolvimento. E vamos trabalhar para tentar baixar o preço da passagem, que está muito caro”, lista o titular da pasta.

Combustível

O ministro Silvio Costa Filho anunciou para hoje a assinatura de um projeto envolvendo biocombustível. “Ele sinaliza que, pelo menos, 1% da aviação já possa dialogar com o combustível verde”, explica. O preço do querosene da aviação também seria discutido ontem. “Do custo da passagem, 40% correspondem a querosene”.
Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 14/09/2023

MÁRCIO FRANÇA COMPARA TRANSIÇÃO DO MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS A CASAMENTO

França expressou a confiança de que os planos vão prosseguir, a começar pelo túnel Santos-Guarujá
Por: Ted Sartori

Na despedida do comando do Ministério de Portos e Aeroportos, Márcio França comparou a passagem do bastão para Silvio Costa Filho com o momento em que casa uma filha Foto: Divulgação

Na despedida do comando do Ministério de Portos e Aeroportos, Márcio França comparou a passagem do bastão para Silvio Costa Filho com o momento em que casa uma filha.

“Que você possa ser muito feliz e sua família ter cada vez mais orgulho de você. Saiba que a gente entrega (o ministério) como uma filha no altar. Com carinho, claro, mas com a certeza de que ela está bem encaminhada”, afirma.

Agora ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pasta criada ontem pelo presidente Lula, França expressou a confiança de que os planos listados em Portos e Aeroportos com o Governo Federal vão prosseguir, a começar pelo túnel Santos-Guarujá. “E também as obras que não são físicas, mas que têm importância para que as pessoas voltem a sonhar”, completou, referindo-se ao fomento para que mais brasileiros possam viajar de avião.

“De 100 milhões de passagens que se vende por ano, apenas 10% da população compra. Portanto, 90% não voam. É um desafio de todos da aviação brasileira, que tem grandes companhias e empresas”.

No que classificou como uma “quase festa pernambucana”, pois Costa Filho é de Recife, França ressaltou a lealdade e o pluralismo político. “Para que o Brasil possa ir bem e, para isso, temos que ter figuras comprometidas que possam nos ajudar nesse grande desafio. Em poucos meses, não só no ministério, mas todo o País conseguiu enxergar um outro viés, o de unidade, em que as pessoas podem conviver, ainda que divergindo de suas opiniões e partidos”.
Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 14/09/2023

CONTÊINERES CAEM DE TERMINAL NO MAR NO PORTO DE SANTOS DURANTE FORTE VENTANIA

Também houve três registros de queda de árvores na Cidade
Por: ATribuna.com.br

Dois contêineres caíram no mar, na noite desta quarta-feira (13), no Porto de Santos. Os contentores estavam no pátio do terminal do Ecoporto. O incidente foi registrado às 23h16, enquanto ventos fortes atingiam a Cidade.

Segundo a Autoridade Portuária de Santos (APS), a navegação foi suspensa devido às condições meteorológicas entre 23h15 e 2h45. Os contêineres estavam vazios.

Navegação já estava suspensa no momento do incidente devido aos fortes ventos Foto: Vanessa Rodrigues/AT

A APS cita ainda que um dos contêineres já foi retirado do mar pelo Ecoporto.Em nota, informa que os dois contêineres estavam vazios em um terminal da margem direita do Porto. Havia rajadas de vento de até 70 km/h naquele momento.

Um dos contêineres foi içado pelo terminal ainda na madrugada, já o outro ficou submerso junto à Ilha Barnabé, à margem esquerda do Estuário, "sem, entretanto, prejudicar as operações portuárias".

De acordo com a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística de SP (Semil), a travessia Santos/Guarujá foi paralisada ontem das 23h18 até às 00h07 devido aos fortes ventos. Os contêineres que caíram no mar não afetaram a travessia nesta quinta-feira.

No dia de hoje, a travessia Santos/Guarujá está operando normalmente com sete embarcações e tempo de espera de 20 minutos em Santos e 30 minutos em Guarujá. Segundo a APS, a Guarda Portuária mantém o patrulhamento marítimo no local até que o contêiner seja retirado.

Em nota, o Ecoporto informa que os contêineres se deslocaram da pilha e foram de encontro ao mar devido às fortes rajadas. "A rápida ação corretiva do terminal foi possível graças a ação conjunta com a Capitania dos Portos, APS, Cesportos, Praticagem, Antaq, Guarda Portuária e o Terminal Ageo".

Queda de árvores
Os fortes ventos que atingiram a Baixada Santista também causaram prejuízos à natureza. A Defesa Civil de Santos registrou queda de uma árvore na Praça Ruy Lugo Viña, no Saboó; na rua Vahia de Abreu com Alexandre Herculano e, por fim, no cruzamento da Rua Aurélio Batista Félix com a Rua João dos Reis Portela, na Alemoa. O órgão informou que a rajada máxima de vento foi de 83 km/h, às 23h20.
Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 14/09/2023

MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

GOVERNO APRESENTA PROJETO DE LEI QUE CRIA INCENTIVOS AOS COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS

O projeto prevê a integração das políticas já existentes na área de combustíveis renováveis
Da Redação ME

Um novo cenário para os combustíveis renováveis vai se consolidar no Brasil. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, assinaram, nesta quinta-feira (14), em cerimônia no Palácio do Planalto, o Projeto de Lei do Programa Combustível do Futuro. A medida traz um conjunto de iniciativas para promover a mobilidade sustentável de baixo carbono e vai ajudar o Brasil a atingir as metas internacionais de redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE). O texto assinado seguirá para tramitação inicialmente pela Câmara dos Deputados.

O presidente Lula e o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, assinaram nesta quinta-feira (14) o projeto de Lei do Programa Combustível do Futuro que dá mais um passo para a descarbonização do País. Foto: Tauan Alencar/MME

O projeto visa aumentar a participação dos combustíveis verdes na matriz energética brasileira, desenvolvendo novos produtos como o querosene de aviação verde, o SAF; os combustíveis sintéticos – que podem ser só o começo de uma grande cadeia petroquímica baseada em produtos de origem renovável, além de aumentar o percentual da mistura de diesel verde e de etanol nos combustíveis fossseis, como a gasolina e o diesel.

“Essa produção de biocombustíveis, essa transição energética que o mundo todo clama, é uma oportunidade para esse País. Uma chance de transformar o Brasil em algo tão mais importante do que o Oriente Médio é para o mundo com o petróleo, a gente pode ser para os combustíveis renováveis”, disse o presidente durante a cerimônia.

Outra vantagem do programa é a integração de políticas públicas já existentes na direção da descarbonização da economia brasileira. A gente precisa integrar as políticas públicas, dar incentivo para as energias renováveis e atrair os investimentos para dar competitividade aos biocombustíveis em relação aos combustíveis fósseis. Não podemos ser meros exportadores de commodities e importadores do produto já processado. Temos que investir na nossa industrialização, desenvolver a bioeconomia nacional, gerar emprego e renda para as brasileiras e brasileiros. E podemos fazer tudo isso promovendo uma descarbonização ao menor custo para a sociedade”, afirmou o Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

O projeto Combustível do Futuro foi construído com ampla participação de representantes de governo, indústria, associações representativas dos vários segmentos relacionados ao mercado de combustíveis e comunidade científica.

O que o Combustível do Futuro traz de novo?

A proposta trata de diversos temas que convergem para a descarbonização da matriz energética de transportes, para industrialização do país, e para o incremento da eficiência energética dos veículos. O texto propõe a integração entre a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), o Programa Rota 2030 – Mobilidade e Logística e o Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE Veicular).

No programa, a metodologia a ser adotada é a de Avaliação do Ciclo de Vida completo do combustível (do poço à roda) para avaliar as emissões dos diversos energéticos utilizados nos modais de transportes, que inclui as etapas de geração de energia, extração (das matérias-primas), produção e uso do combustível. Essa integração tem o objetivo de mitigar as emissões de gás carbônico equivalente com melhor custo-benefício. Isso beneficia muito o setor sucroalcooleiro que captura carbono da atmosfera com os seus canaviais.

Combustíveis Renováveis na Aviação

A proposta também institui o Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação (ProBioQAV), que tem como objetivo o incentivo à produção e uso do Combustível Sustentável de Aviação (SAF, na sigla em inglês). Pela nova política, os operadores aéreos ficam obrigados a reduzir as emissões de dióxido de carbono entre 1% a partir de 2027, alcançando redução de 10% em 2037. Essa redução será alcançada pelo aumento gradual da mistura de SAF ao querosene de aviação fóssil.

O PL cria, ainda, o Programa Nacional do Diesel Verde (PNDV), que integra o esforço para a transição energética e para a redução da dependência externa de diesel derivado de petróleo por meio da incorporação gradativa do diesel verde à matriz de combustíveis do País.

Para a definição do percentual obrigatório de adição ao diesel fóssil, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) vai avaliar as condições de oferta do produto, incluindo a disponibilidade de matéria-prima, a capacidade e a localização, segundo informações do MME. Além disso, o CNPE deve observar o impacto da participação mínima obrigatória no preço ao consumidor final e a competitividade nos mercados internacionais do diesel verde produzido internamente.

Outro ponto importante do projeto é a elevação dos limites máximo e mínimo da mistura de etanol anidro à gasolina. O texto altera o teor mínimo para 22% e estabelece o percentual máximo em 30%, condicionado à constatação da sua viabilidade técnica. A utilização de percentuais mais elevados faz parte da estratégia para elevar a octanagem do combustível brasileiro, induzindo a um novo ciclo de aprimoramentos dos motores de combustão interna. A medida é também relevante pois o etanol contribui para a redução do preço da gasolina ao consumidor.

A proposta define, ainda, o marco regulatório dos combustíveis sintéticos no Brasil, cuja regulação será atribuída à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. Esse tipo de combustível vem sendo chamado mundo afora de “e-Fuel” e é uma das iniciativas que vêm sendo adotadas para reduzir as emissões de gases poluentes dos combustíveis de origem fóssil, contribuindo para o melhor desempenho ambiental dos motores à combustão no contexto da transição energética, sem necessidade de modificação de peças ou componentes.

Outra importante contribuição do PL para a transição energética é a proposta de marco regulatório para o exercício das atividades de captura e estocagem geológica de dióxido de carbono, cuja regulação também será atribuída à ANP. Com isso, será possível capturar gases de efeito estufa da atmosfera e injetá-los em reservatórios subterrâneos.

*Com informações do Ministério de Minas e Energia
Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda
Data: 14/09/2023

LULA CANCELA IDA À REFINARIA ABREU E LIMA QUE ACONTECERIA NESTA SEXTA EM PE

Por Jairo Lima

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) cancelou visita que faria à Reinaria Abreu e Lima, nesta sexta-feira (15/9), em Pernambuco. O petista alegou incompatibilidade de agendas, já que Lula viajará para Cuba na sexta-feira. O senador Humberto Costa (PT) que havia comunicado o evento também foi quem avisou sobre o cancelamento.

Na pauta, estava a retomada dos investimentos da Petrobras na Refinaria Abreu e Lima, no município de Ipojuca, a 40 quilômetros do Recife. Na última segunda (11/9), O aviso foi dado pelo ministro Rui Costa (Casa Civil) durante o evento de apresentação das obras do Novo PAC para Pernambuco. No mesmo dia, a senadora Teresa Leitão (PT) havia confirmado a visita para o dia 25, data que seria antecipada para a sexta (15).

O evento, agora, aguarda novo dia para ser realizado.

SOBRE OS INVESTIMENTOS NA REFINARIA

As obras da Refinaria estavam paralisadas praticamente desde o golpe contra a presidente Dilma Rousseff. Com o início do governo Lula, a Petrobras colocou a Refinaria Abreu e Lima em seu novo plano estratégico, que vai de 2023 a 2027, dirigindo mais de R$ 92 milhões de investimentos para ampliar e modernizar o Trem 1, que opera desde 2014, e aumentar a sua capacidade de

processamento de 115 mil para 130 mil barris de petróleo por dia. O trem é como se chama o conjunto de unidades industriais de refino.

Além disso, mais 1 bilhão e 600 milhões de dólares serão aplicados na retomada do Trem 2, paralisado há oito anos, mas que já tem 30 empresas interessadas em participar das obras, que devem estar concluídas até novembro de 2026 para que ele opere já em 2027, com cinco unidades principais, além de outras auxiliares e de utilidades.

Somente esta ação adicionará cerca de 13 milhões de litros de diesel S10 por dia à capacidade de produção nacional. Quando concluída, a refinaria processará 260 mil barris de petróleo diariamente, algo estratégico para Pernambuco e para o Brasil.

Na planta da Unidade de Abatimentos de Emissões Atmosféricas, que responde por reduzir os óxidos de enxofre e de nitrogênio liberados no meio ambiente, e também fica no Trem 1, a Petrobras vai investir mais R$ 506 milhões com a finalidade de reduzir ainda mais as emissões de gases, uma obra que mobiliza mais de mil e 100 trabalhadores e deve estar concluída até dezembro do ano que vem, quando ela deve começar a operar. Ao todo, os investimentos previstos para a retomada da Nova Refinaria Abreu e Lima são superiores a R$ 6 bilhões, gerando emprego, renda e desenvolvimento para Pernambuco, com previsão de criação de 40 mil novos postos de trabalho.
Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda
Data: 14/09/2023

CÂMARA APROVA URGÊNCIA E MINIRREFORMA ELEITORAL VAI A PLENÁRIO
Por Jairo Lima

Brasília (DF) 13/09/ 2023 Sessão plenária semipresencial para a votação de diversas propostas. Na pauta, o projeto da minirreforma eleitoral que foi votada a urgência. Foto Lula Marques/ Agência Brasil

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (13) o requerimento de urgência para a proposta da minirreforma eleitoral, que poderá valer para as eleições municipais de 2024. Com a urgência, o texto pode ser votado diretamente em Plenário, sem precisar passar pelas comissões. A expectativa é que essa votação ocorra ainda na sessão plenária desta quarta, mas pode ser adiada para quinta-feira (14).

Para ter validade nas eleições municipais do ano que vem, a minirreforma precisa estar aprovada até 6 de outubro, tanto na Câmara quanto no Senado, além de sancionada pelo presidente da República. Se passar no plenário da Câmara nesta semana, o Senado terá cerca de três semanas para concluir a tramitação.

Relatada pelo deputado federal Rubens Pereira Júnior (PT-MA), a minirreforma eleitoral foi dividida em diferentes eixos temáticos, que passam por alterações no funcionamento das federações partidárias, simplificação na prestação de contas e regras da propaganda eleitoral. O parecer também prevê um prazo antecipado para registro de candidaturas, permitindo que a Justiça Eleitoral tenha mais tempo para julgar os candidatos antes das eleições. O prazo de desincompatibilização de cargos públicos, para concorrer a cargos eleitorais, será unificado em seis meses. Na lei atual, esse prazo pode ser de até seis meses, dependendo do cargo público ocupado por quem disputa a eleição. A consolidação das propostas foi feita por meio de grupo de trabalho criado há duas semanas.

Entre outras medidas, o projeto determina transporte público gratuito obrigatório no dia das eleições, com linhas especiais para regiões mais distantes; legaliza as candidaturas coletivas nas eleições

para deputado e vereador; e permite que a pena de cassação do candidato que usar recursos ilegais seja substituída por pagamento de multa de até R$ 150 mil.

Eventuais candidaturas de mulheres apenas para preencher cota legal de 30% serão consideradas fraude e abuso de poder político se não houver realização de atos de campanha ou se a votação for insignificante e sem esforço eleitoral. A regra vale para os partidos individualmente ou para a federação como um todo (no caso de legendas agrupadas nesse sistema).

O texto também permite o uso do Pix para doações eleitorais, bem como de contas digitais, uso de máquinas de cartão, cobranças virtuais e financiamento coletivos por vaquinhas. As doações de pessoas físicas serão limitadas a R$ 2.855,97 ou até 10% dos rendimentos do ano anterior. Candidatos a vice ou suplente serão autorizados a usar recursos próprios nas campanhas majoritárias (presidente, governador, prefeito e senador).

O texto autoriza a aplicação de recursos públicos para pagamento de despesas pessoais dos candidatos e estabelece regras para a prestação de contas simplificada aplicada às eleições para prefeito e vereador de cidades com menos de 50 mil eleitores. Em outro ponto, o texto possibilita a propaganda conjunta de candidatos de partidos diferentes, independentemente de coligação ou federação; exclui limites de tamanho de propaganda eleitoral em veículos; e autoriza propaganda na internet no dia da eleição.

Sobras eleitorais
Apesar de ser considerada amplamente consensual entre os deputados, a minirreforma eleitoral terá um tema polêmico a ser votado, que são as regras para as “sobras eleitorais”. Atualmente, as cadeiras das Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas estaduais e da Câmara dos Deputados são preenchidas pelos partidos ou federações que alcançam o chamado quociente eleitoral, que é o cálculo que define quantos votos são necessários para ocupar uma vaga.

Se, por exemplo, forem 100 mil votos válidos para 10 vagas existentes, o quociente eleitoral será 10 mil votos. Esse é o mínimo que um partido precisa ter na eleição para eleger um deputado.

Depois de ocupadas essas vagas pela regra do quociente eleitoral, ainda sobram cadeiras que não foram ocupadas pelos partidos. Afinal, se um partido teve 55 mil votos, ele ganha cinco cadeiras pelo exemplo usado acima, sobrando ainda 5 mil votos.

Essas “sobras”, pela regra aprovada em 2021, serão preenchidas pelos partidos que conseguiram, pelo menos, 80% do quociente eleitoral e pelos candidatos com um número mínimo de votos de 20% desse quociente.

“Este é o assunto que não tem consenso no grupo de trabalho nem no Colégio de Líderes, e vai ser decidido democraticamente, pelo Plenário, na forma de destaque”, explicou Rubens Pereira Júnior, na última segunda-feira (11). A proposta que constará em seu parecer prevê que só poderá participar das “sobras” o partido ou federação que alcançar 100% do quociente eleitoral e, ao mesmo tempo, o candidato que obter 10% dos votos individuais desse quociente.
Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda
Data: 14/09/2023

gov.br Presidência da República
Portos e Aeroportos

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

SILVIO COSTA FILHO E RAQUEL LYRA ANUNCIAM A REQUALIFICAÇÃO DO AEROPORTO DE SERRA TALHADA

Serão investidos R$ 14,3 milhões numa pista mais ampla. Obras do terminal de passageiros já estão em andamento.

Aviação regional se fortalece com requalificação Aeroporto de Serra Talhada. Foto: Sérgio Francês/MPor

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e a governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, anunciaram, nesta quarta-feira (13), a requalificação do Aeroporto de Serra Talhada, no Sertão de Pernambuco.

Pelo projeto, serão investidos R$ 14,3 milhões para a construção da pista de taxiagem, que deve ser entregue em até 14 meses. Pela ordem de serviço, o intuito é melhorar o pouso e a decolagem de aeronaves de grande porte, ampliando as conexões regionais e a captação de novos voos regionais.

Além disso, em Serra Talhada, o Ministério dos Portos e Aeroportos e o Governo de Pernambuco já iniciaram a execução do projeto de ampliação do terminal de passageiros, levando mais comodidade aos passageiros.

Na avaliação do ministro Silvio Costa Filho, o início das obras será importante para o desenvolvimento econômico e social da região. "As obras de adequação da pista do Aeroporto de Serra Talhada serão fundamentais para recebermos aeronaves de grande porte, ampliando as conexões. Isso ajudará e muito no desenvolvimento da região, levando à geração de emprego e renda", avaliou Costa Filho.

"O novo ministro Silvio Costa Filho, de Portos e Aeroportos, já assume o cargo com uma boa nova para Pernambuco. A gente está dando a ordem de serviço para início das obras do Aeroporto de Serra Talhada. E com isso, Silvinho, começamos a melhorar a infraestrutura aeroviária do nosso Estado", disse Lyra.
Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 14/09/2023

LULA E MINISTRO COSTA FILHO DISCUTEM BARATEAMENTO DE PASSAGENS COM CEO DA LATAM

Democratizar o acesso ao modal aeroviário é uma das missões do novo titular da pasta de Portos e Aeroportos

Baratear passagens aéreas para ampliar o acesso dos brasileiros é uma das principais missões do ministro Silvio Costa Filho. Foto: Ricardo Stuckert

Logo após tomar posse como ministro de Portos e Aeroportos, na manhã desta quarta-feira (13), o deputado federal licenciado Silvio Costa Filho participou de um encontro no Palácio do Planalto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Jerome Cadier, CEO da LATAM Brasil. O intuito da reunião foi debater o barateamento das passagens aéreas para facilitar o acesso da população aos serviços aeroportuários.

Para Costa Filho, democratizar o acesso dos brasileiros ao modal é uma das principais missões dadas por Lula. "O Brasil precisa de novas oportunidades para desenvolver uma aviação mais

inclusiva e sem aumento de custos para os usuários, para que todos tenham acesso facilitado ao modal aéreo e que a economia também seja aquecida pelo transporte de cargas", disse.

O CEO Jerome Cadier se comprometeu a buscar alternativas para atender os objetivos do novo Governo Federal, avançando ainda na agenda estratégica conjunta para descarbonizar a aviação e torná-la também mais sustentável.

Dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) apontam a LATAM como protagonista das operações aéreas desde 2021. Segundo a companhia, uma das maiores heranças dos governos Lula foi exatamente a ampliação do acesso ao transporte aéreo, essencial para um País de dimensões continentais.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 14/09/2023

Portogente
Fazendo o mundo mais ágil.

PORTAL PORTO GENTE

PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL BATEM RECORDES DE EXPORTAÇÕES

Assessoria de Comunicação

Encontros acontecerão nesta semana em Caxias do Sul, Porto Alegre e Passo Fundo. Objetivo é debater como a reforma tributária afetará o setor aduaneiro

Cerca de 13 milhões de toneladas: essa é a quantidade total de cargas movimentadas nos portos do Rio Grande do Sul ao longo dos primeiros quatro meses deste ano. Os resultados foram divulgados em maio pelo setor de estatística da Gerência de Planejamento e Desenvolvimento da Portos RS.

Outro dado que impressiona e impulsiona é o crescimento de 800% nas exportações de gado vivo entre janeiro e julho deste ano em comparação com o mesmo período de 2022. Até julho, foram exportadas 120 mil cabeças, em contraste com pouco mais de 10 mil no mesmo período anterior, segundo a Portos RS, estatal que gerencia o sistema hidroportuário do Rio Grande do Sul. O aumento estrondoso desse tipo de exportação está relacionado à qualidade das raças e ao cumprimento dos padrões sanitários.

De olho neste cenário e nos avanços das exportações do estado gaúcho, a Becomex, empresa brasileira de tecnologia e negócios que utiliza inovação para lidar com desafios tributários, prepara três dias de encontros batizados de ‘De Olho no Futuro’ para debater potenciais impactos aduaneiros na Reforma Tributária. Nos eventos que acontecerão nas cidades de Caxias do Sul, Porto Alegre e Passo Fundo o tema dos regimes aduaneiros especiais também estará em destaque e os especialistas em tributação abordarão como regimes aduaneiros especiais podem ser importantes ferramentas para reduzir custos tributários e financeiros na cadeira.

Em síntese, os portos do Rio Grande do Sul registraram, no primeiro semestre de 2023, variação positiva em diversos números referentes à movimentação de produtos. No período, foram mais de 20 milhões de toneladas de itens e mais de 1.800 embarcações recebidas.

Agenda

O evento em Caxias do Sul aconteceu dia 13 de setembro, quarta-feira, no período da tarde, entre 14h e 18h, no Hotel Intercity. Já nesta quinta-feira (14/09) o ciclo de conversas acontecerá em Porto Alegre, no escritório da Becomex, no edifício Iguatemi Corporate, entre 8h30 e 12h30. Para encerrar

a semana, sexta-feira Passo Fundo será o local das conversas que acontecerão entre 8h30 e 12h30 no Hotel Itatiaia.
Fonte: Portal Porto Gente
Data: 14/09/2023

ATP ESPERA DIÁLOGO PRODUTIVO COM NOVO MINISTRO DE PORTOS E AEROPORTOS

Assessoria de Comunicação

Associação de Terminais Portuários Privados também agradece a Márcio França pelo seu trabalho à frente da pasta

A Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), que representa 33 empresas de grande porte e congrega 61 Terminais de Uso Privado (TUPs) do país, cumprimenta o novo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, com quem espera ter diálogo aberto, transparente e produtivo para colaborar com soluções que garantam o desenvolvimento do Brasil e do setor, importante para a economia nacional. Da mesma forma, agradece a Márcio França pela sua atuação à frente da pasta.

A ATP acredita na sensibilidade do novo ministro, signatário da Frente Parlamentar dos Portos Nacionais e Transportes Aquaviários, à frente de um setor extremamente importante. Silvio Costa Filho pode ser um grande parceiro na viabilização de projetos para que o país avance ainda mais, especialmente com a atuação dos Terminais de Uso Privado.

Para se ter uma ideia, segundo a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), os Terminais de Uso Privado são os grandes responsáveis pelo aumento da movimentação portuária no país. No último semestre, os portos organizados e os TUPs movimentaram, juntos, 616 milhões de toneladas, o que, no total, representa um salto de 6,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Ainda, segundo os dados oficiais, os Terminais de Uso Privado foram responsáveis por movimentar, no último semestre, 402,7 milhões de toneladas, o que representa aumento de 7,7% em relação ao mesmo período de 2022.

As associadas da ATP, juntas, movimentam 56,7% da carga portuária brasileira e respondem pela geração de 47 mil empregos diretos e indiretos. São empresas que se destacam por suas performances positivas e por recordes sucessivos de movimentação. Atuam em áreas fundamentais da economia brasileira, como os setores de mineração, siderurgia, petróleo e gás, agronegócio, contêineres e complexos logísticos, contribuindo para o saldo positivo da balança comercial nacional e para tornar o comércio exterior brasileiro mais robusto.
Fonte: Portal Porto Gente
Data: 14/09/2023

SÍLVIO COSTA ASSUME O MINISTÉRIO DOS PORTOS E AEROPORTOS

Editor Portogente

Hora de construir o novo Porto de Santos

A posse do novo ministro dos portos, Silvio Costa Filho, ocorrida ontem em Brasília, foi uma transição de ministros do governo Lula. As palavras foram de otimismo, de continuidade e realização do já programado e em curso, com Márcio França.. Muito diálogo. Aparentemente a diretoria permanece na sua maioria e nos postos estratégicos para a realização das obras, em destaque: aprofundar o canal de acesso e construção do túnel submerso ligando as margens do canal.

Foto: Beatriz Kauffmann.

Veja mais * Desserviço parlamentar contra o Porto de Santos
https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115568-parlamentar-santista-atrapalha-porto-de-santos

Fica claro, que o desenvolvimento do Porto de Santos é um programa prioritário do governo federal. Condição para participar em condições vantajosas e competitivas das principais rotas marítimas. Portogente, no seu papel de" think tank "vem debatendo o tema com participantes talentosos e com muito conhecimento da realidade do porto. Tendo como proposta discutir o que é relevante e eminente.

Veja ainda * Márcio França é meta do Sílvio Costa nos Portos: navegar é preciso
https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115577-marcio-franca-e-meta-do-silvio-costa-nos-portos

Privatização do Porto de Santos está descartada no atual governo federal. Por razões óbvias. Toda a operação portuária já é privatizada. O Brasil é um pais de baixo índice de empresas estatais, abaixo até dos Estados Unidos da América – EUA. O importante é discutir o que é fundamental, como a falta de profundidade e a travessia de balsas transportando carros que cortam o canal, como resistência à competitividade do porto.

Veja também * Gestão Lula não privatiza Porto de Santos e anuncia inovação
https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115344-gestao-lula-nao-privatiza-o-porto-de-santos-e-anuncia-inovacao

Debater o Conselho de Autoridade Portuária – CAP, como espaço para a participação da comunidade do porto (stakeholders), representando efetivamente esse papel é prioridade. Assim, regionalizar as decisões do Porto de Santos, como ocorre junto aos principais portos do mundo. Trata-se de perguntar e explicar sobre o lugar e a importância das relações de todas as partes afetadas pela atividade portuária. Desenvolver o conceito de porto indústria sustentável.

Veja ainda * CAP como instrumento de descentralização e planejamento
https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/114592-cap-como-instrumento-de-descentralizacao-e-planejamento

A Autoridade Portuária deve representar uma liderança movendo uma massa, para construir um canal mais profundo e um túnel submerso eliminando resistências, esta, uma solução sonhada há quase um século. Para tanto, incluir os interesses do porto e da cidade. Um propósito de dimensão incomparavelmente menor do que o Porto de Santos que os Guinle construíram e a cidade que Saturnino de Brito saneou para viabilizar a atividade portuária.

Veja mais * Hora de construir o túnel submerso do Porto de Santos
https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115134-hora-de-construir-o-tunel-submerso-do-porto-de-santos
Fonte: Portal Porto Gente
Data: 14/09/2023

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – DIÁLOGO E DESENVOLVIMENTO
DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A posse do novo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, nessa quarta-feira, dia 13, em Brasília, trouxe consigo uma importante perspectiva de diálogo e desenvolvimento para os setores portuário e aeroportuário do Brasil. Em sua primeira declaração pública, o ministro destacou sua intenção de não apoiar a desestatização do Porto de Santos (SP), optando, ao invés disso, por promover um debate sobre investimentos no complexo portuário.

Essa abordagem representa um compromisso com o diálogo como meio de alcançar soluções construtivas. Em vez de impor uma direção unilateral, o novo ministro está disposto a ouvir todas as partes envolvidas, incluindo empresários do complexo marítimo e seus trabalhadores. Essa atitude é fundamental para entender as necessidades e desafios do setor, bem como para construir um consenso em torno das melhores estratégias de desenvolvimento.

O Porto de Santos é uma peça vital na infraestrutura logística do Brasil, e seu futuro impacta diretamente o comércio e a economia do País. Portanto, é crucial que qualquer decisão relacionada a ele seja tomada com base em uma análise completa e transparente, considerando todas as implicações, tanto econômicas quanto sociais.

Além disso, a intenção de dialogar não se limita apenas ao Porto de Santos. O ministro expressou seu desejo de buscar soluções por meio do diálogo em todo o setor portuário e aeroportuário brasileiro. Isso é essencial para identificar oportunidades de investimento, melhorar a infraestrutura existente e garantir que o país tenha sistemas de transporte eficientes e modernos.

A posição do novo ministro está alinhada com a perspectiva de seu antecessor, Márcio França, que também defendia a promoção do diálogo e do desenvolvimento nos portos e aeroportos brasileiros. Essa continuidade é importante para manter a estabilidade e a consistência nas políticas públicas do setor.

Em um momento em que o Brasil busca impulsionar sua infraestrutura e atrair investimentos, a abordagem de Silvio Costa Filho é uma demonstração de liderança responsável. O diálogo e o consenso são ferramentas poderosas para construir um futuro mais próspero e eficiente para o setor portuário e aeroportuário do País.
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 14/09/2023

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES ***leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br***

CONCILIAÇÃO 1

O tom conciliatório marcou o discurso do novo ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho (Republicanos-PE), na solenidade de transmissão do cargo, na tarde de ontem, no auditório do Ministério de Portos e Aeroportos - que recebeu um público recorde, ficando totalmente lotado. Ele fez questão de citar que o programa Voa Brasil, de barateamento de passagens aéreas, será desenvolvido juntamente com seu antecessor no cargo, o hoje ministro de Micro e Pequenas Empresas, Márcio França - que deixou a função irritado com o Planalto. Também destacou a parceria que quer construir com o ministro dos Transportes, Renan Filho, que responde pelos modais rodoviários e ferroviários.

CONCILIAÇÃO 2

Também foram destacados, no discurso do ministro, a importância do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, que foi prestigiar a transmissão do cargo, e a ex-presidente Dilma Rousseff. Ela foi lembrada quando Costa Filho citou seu pai, o ex-deputado federal Sílvio Costa, que foi vice-líder do Governo na Câmara durante a gestão da petista.

PAI DA NOIVA

Na condição de ex-ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França foi uma das autoridades a discursar na solenidade de transmissão de cargo. Em sua fala, disse que “a gente entrega uma filha

no altar, com carinho (…) mas com certeza de que ela tá bem encaminhada", referindo-se à pasta, agora conduzida por Sílvio Costa Filho.

REUNIÃO

prévia Minutos antes da transmissão de posse, o ministro Costa Filho se reuniu com o deputado federal Paulo Alexandre Barbosa (PSDBSP), presidente da Frente Parlamentar Mista de Portos e Aeroportos do Congresso Nacional. Segundo o parlamentar, o novo titular a pasta "se comprometeu a visitar a região em breve, além de dar prosseguimento a todo o importante trabalho iniciado pelo meu amigo Márcio França. Independentemente de bandeira ou ideologia partidária, seguiremos trabalhando juntos pela Baixada Santista!"
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 14/09/2023

REGIÃO SUDESTE - NOVO MINISTRO DIZ QUE NÃO PENSA EM DESESTATIZAR O PORTO DE SANTOS

Para Silvio Costa Filho, que assumiu a pasta de Portos e Aeroportos, decisão sobre esse assunto é do Governo
Por MARÍLIA SENA e Da Redação marilia@portalbenews.com.br

Silvio Costa Filho abraça o antecessor Márcio França durante a cerimônia de transmissão de cargo: os dois concordam que o Porto de Santos não deve ser desestatizado Crédito: Divulgação/MPor

O novo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (Republicanos-PE), assumiu oficialmente o cargo na manhã de quarta-feira, dia 13. Em coletiva de imprensa, logo após a cerimônia de posse, ele declarou sua intenção de não apoiar a desestatização do Porto de Santos (SP). "Essa é uma decisão do Governo. Não temos nenhum desejo de privatizar o Porto de Santos", declarou.

O ministro prefere optar por promover um diálogo sobre investimentos no complexo portuário. "Vamos conversar com o presidente do porto e com trabalhadores. Há hoje caixa de R$ 3 bilhões", disse o pernambucano, que se licencia do cargo de deputado federal.

Presente na cerimônia de transmissão de cargo de Silvio Costa Filho, na tarde de quarta-feira, o presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini, afirmou a jornalistas que a expectativa é de que fique no cargo.

"Nós estamos conversando […] existe uma possibilidade de ficarmos, há um interesse do Republicanos e do ministro Silvinho pela nossa continuidade, nós precisamos tentar encontrar a calibragem dessa eventual continuidade", afirmou Pomini, nomeado para o cargo durante a gestão de Márcio França..

A posição de Silvio Costa Filho sobre o Porto de Santos está alinhada com a perspectiva de seu antecessor, Márcio França, agora ministro de Micro e Pequenas Empresas. Contudo, diverge da posição do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, que também é membro do Republicanos. Desde seu mandato como ministro da Infraestrutura no governo Jair Bolsonaro, Tarcísio sempre defendeu a desestatização.

Transmissão do cargo
À tarde, Silvio Costa Filho participou da cerimônia de transmissão de cargo. O auditório da Esplanada dos Ministérios estava lotado de apoiadores, representantes do setor portuário, jornalistas e parlamentares. Márcio França entregou o cargo após um discurso entusiasmado sobre o seu período à frente da pasta.

França lembrou que organizou a estrutura do Ministério e que entregar Portos e Aeroportos para Sílvio Costa Filho foi como "levar uma filha ao altar". "Com carinho, mas com a certeza de que ela está bem encaminhada", disse Márcio França.
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/09/2023

REUNIÃO COM LULA E CEO DA LATAM DISCUTE REDUÇÃO DE PREÇOS DAS PASSAGENS

Pouco depois de tomar posse, Silvio Costa Filho participou de uma reunião no Palácio do Planalto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Jerome Cadier, CEO da Latam Brasil. O objetivo do encontro era discutir a redução dos preços das passagens aéreas para tornar o acesso aos serviços aeroportuários mais acessível à população.

O BRASIL PRECISA CRIAR NOVAS OPORTUNIDADES PARA DESENVOLVER UMA AVIAÇÃO MAIS INCLUSIVA, SEM AUMENTAR OS CUSTOS PARA OS USUÁRIOS"

SILVIO COSTA FILHO
novo ministro de Portos e Aeroportos

Costa Filho enfatizou que democratizar o acesso dos brasileiros ao transporte aéreo é uma das principais metas estabelecidas por Lula. "O Brasil precisa criar novas oportunidades para desenvolver uma aviação mais inclusiva, sem aumentar os custos para os usuários, garantindo que todos possam utilizar o transporte aéreo de maneira mais fácil, enquanto estimulamos a economia por meio do transporte de carga", afirmou.

Sustentabilidade
O CEO Jerome Cadier comprometeu-se a buscar soluções para atender aos objetivos do novo governo federal, avançando na agenda estratégica comum para reduzir as emissões de carbono na aviação e torna-la mais sustentável.

De acordo com dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), a Latam tem sido uma das principais protagonistas das operações aéreas desde 2021. A companhia destaca que uma das maiores realizações dos governos anteriores foi a expansão do acesso ao transporte aéreo, que é fundamental para um país com as dimensões continentais do Brasil.
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 14/09/2023

REGIÃO SUL - MMS EMPREENDIMENTOS FAZ MELHOR OFERTA EM LEILÃO PARA OPERAR NO PORTO DE ITAJAÍ

Vinculada à BRF e Marfrig, MMS a guarda análise da Antaq para ser declarada vencedora
Por CÁSSIO LYRA cassio@portalbenews.com.br

A sessão pública que revelou as propostas apresentadas para operar o terminal do Porto de Itajaí foi realizada na quarta-feira, na sede da Antaq, reunindo autoridades do setor portuário Divulgação/Antaq

A empresa MMS Empreendimentos apresentou a melhor proposta para operação temporária por dois anos no Porto de Itajaí (SC). As ofertas foram abertas na quarta-feira (13), durante sessão pública na sede da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), em Brasília. Ligada à BRF e Marfrig, duas gigantes no setor de alimentos e grandes exportadoras de produtos congelados, a empresa fez uma oferta em relação à Movimentação Mínima Exigida (MME) mensal de 66.600 TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés).

Agora, ainda será feita uma análise técnica dos documentos da empresa vencedora do certame para que o novo operador seja divulgado ganhador do leilão, previsto para semana que vem.

Em reunião realizada na sede da agência, em Brasília, a Comissão Permanente de Licitação de Arrendamentos Portuários (CPLA) da agência divulgou os envelopes nos quais sete empresas apresentaram propostas para operar no complexo portuário catarinense.

Segundo as informações constatadas no edital de arrendamento, o vencedor do leilão seria a proponente que fizesse uma oferta do maior número de movimentação, denominado por Movimentação Mínima Exigida (MME).

Além da MMS Empreendimentos, fizeram ofertas:Mada Araújo Asset Management Ltda (44.000 TEUs); Teconnave – Terminal de Contêineres de Navegantes S/A (35.000 TEUs); Livramento Holding S/A (21.200 TEUs); Conexão Marítima Ltda (20.111 TEUs); Triunfo Logística Ltda (10.002 TEUs) e Wilson Sons Terminais e Logística Ltda (5.650 TEUs).

Após a divulgação das propostas apresentadas, o próximo passo a ser dado é a análise da CPLA, que vai verificar nos próximos dias os documentos de habilitação da proponente vencedora correspondente ao arrendamento transitório. A publicação e divulgação do vencedor será uma ata oficial, no dia 19 de setembro.

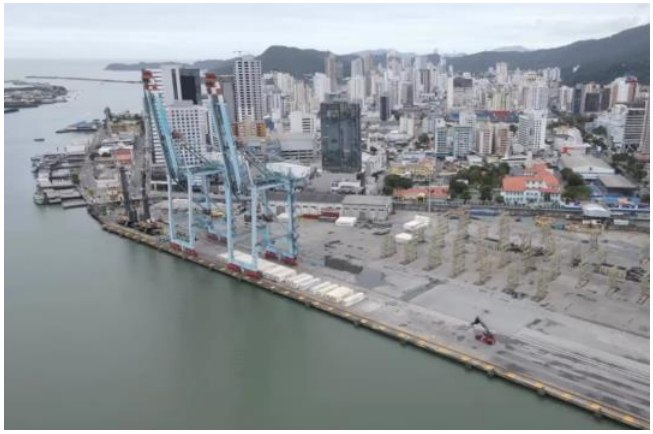
O contrato prevê que a empresa vencedora do certame passe a operar no Porto de Itajaí por dois anos, prazo que poderá ser prorrogado sob condições especificadas no Edital do Processo Seletivo, a critério do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor).

A área do terminal possui 79.946,42 m² e compreende os berços 1 e 2, denominada “Área A”, destinado para movimentação e armazenagem de contêineres, sendo constituída pelos terrenos nos quais serão implantados os equipamentos e edificações.

Presente na reunião, o diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, destacou a procura e interesse do setor privado em operar a movimentação de contêineres em Itajaí e reforçou que a área técnica da Agência deverá analisar toda a documentação das proponentes antes de declarar a vencedora de forma oficial.

“Ficamos muito felizes com a quantidade de proponentes no processo. Isso demonstra que fizemos um edital atrativo que ajudará na retomada das atividades no porto catarinense. Seguiremos agora para as próximas etapas de análise documentais para saber se a proponente vitoriosa está devidamente habilitada para movimentar mensalmente a quantidade apresentada”, comentou.

Estiveram presentes na reunião o secretário Executivo do Ministério de Portos e Aeroportos, Roberto Gusmão, o secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Fabrizio Pierdomênico, e Caio Farias, diretor da Antaq e relator do processo.



Durante os dois anos de contrato de arrendamento transitório, o Governo Federal planeja lançar o edital definitivo para o arrendamento dos quatro berços do Porto de Itajaí à iniciativa privada. O arrendamento definitivo será de 35 anos.

A área do terminal possui 79.946,42 m² e compreende os berços 1 e 2, denominada “Área A”, destinado para movimentação e armazenagem de contêineres,

O contrato de arrendamento definitivo será submetido às análises e estudos exigidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) antes do seu lançamento e, de acordo com o Governo Federal, não será um contrato de modelo simples, mas sim um modelo exclusivo no Brasil.

Impugnações

Durante o processo licitatório, a Antaq divulgou que, seguindo a programação do edital, houve três pedidos de impugnações ao leilão. Entre os recursos apresentados, um deles foi da APM Terminals, empresa que até o mês de junho realizava suas operações em Itajaí. Segundo a agência, os pedidos de impugnação faziam menção a qualificação técnica, participação de consórcio, questões operacionais, administrativas e constitutivas do ambiente das empresas concorrentes, além de itens de origem formal e que não interferem no julgamento do certame.

De acordo com a Antaq, as impugnações foram recebidas, processadas, fundamentadas e indeferidas pela própria Comissão de Licitações.
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 14/09/2023

INTERNACIONAL – MERCOSUL EXPORT – MONTEVIDÉU-URUGUAI

DA REDAÇÃO ***redacao@portalbenews.com.br***

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 14/09/2023

REGIÃO SUDESTE - MIRANDO A OPERAÇÃO VERÃO, MARINHA LANÇA APLICATIVO DE SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO

Lançamento do NAVSEG, em parceria com o Ministério do Turismo, ocorreu em todo o Brasil
Por CÁSSIO LYRA ***cassio@portalbenews.com.br***

Em solenidade realizada no Cais da Marinha, no Porto de Santos, a Capitania dos Portos apresentou o novo projeto para autoridades e a representantes da comunidade marítima

A Marinha do Brasil lançou na quarta-feira (13) o aplicativo NAVSEG, plataforma online que tem como principal objetivo reforçar a segurança da navegação em todo o território marítimo nacional. Em São Paulo, a Capitania dos Portos do Estado, em solenidade realizada no Cais da Marinha, no Porto de Santos, apresentou o novo projeto para autoridades e a representantes da comunidade marítima. Para o Capitão dos Portos, o novo aplicativo será de importante uso principalmente com a proximidade da Operação Verão.

O NAVSEG usa o sinal da rede de telefonia celular para acompanhar a posição em tempo real dos navios e embarcações que utilizarem a plataforma, assim permitindo que todos os dados monitorados sejam monitorados pela Capitania dos Portos durante o período de navegação.

No app, que é gratuito, e pode ser adquirido nas principais plataformas de aplicativos, é preciso fazer uma inscrição tanto da embarcação, quanto do condutor. Feito isso, antes de iniciar uma viagem, é preciso compartilhar as informações de origem e destino do local programado, que será automaticamente compartilhado com a Capitania dos Portos, que fará o acompanhamento do trajeto.

O capitão dos portos de São Paulo, capitão de mar e guerra Robledo de Lemos Costa e Sá reforçou que, ao final do trajeto, é preciso que o condutor volte a acessar a plataforma para poder indicar o término da viagem.

“No nosso centro de controle, nós fazemos o acompanhamento das embarcações que compartilharam viagem. Ao término delas, é preciso indicar a conclusão, porque caso isso não aconteça, nosso painel trabalha como se a embarcação ainda estivesse em alto mar, podendo alertar para possíveis sinais de risco que são indicados por diferentes cores”, explicou.

Graças a sua funcionalidade, em caso de necessidade de socorro ou salvamento, será possível identificar e localizar mais facilmente a embarcação em perigo e providenciar o envio do socorro.

“A Marinha sempre foi pioneira na busca e aplicação de novas tecnologias em prol das suas atividades. Nesse contexto, trazer a possibilidade de um aplicativo com uma série de recursos que otimize nossa capacidade de pronto emprego, é muito bom para que a Marinha consiga estar em todos os momentos que se fizer necessário”, comentou o capitão dos portos.

O NAVSEG pode ser usado por condutores de embarcações de esporte e recreio, embarcações de médio e pequeno porte, bem como as de pesca, de turismo náutico e de transporte comercial de passageiros ou de carga.

Operação Verão
A nova plataforma visa também a proximidade da Operação Verão, prevista para começar no final do ano, onde a Marinha emprega seus esforços pela segurança e fiscalização em alto mar.

“Trata-se de uma operação muito grande que a autoridade marítima coordena em todo o Brasil e é importante que se tenha esse aliado que é o aplicativo, nos prestando informações online e precisas. É uma otimização do emprego dos nossos recursos”, afirmou o comandante.

O aplicativo é uma parceria da Marinha do Brasil, por meio da Diretoria de Portos e Costas, com o Ministério do Turismo. Além de São Paulo, o lançamento ocorreu, também, nas seguintes cidades:

Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), Natal (RN), Belém (PA), Rio Grande (RS), Ladário (MS), Brasília e Manaus (AM).

176 anos

Além do lançamento do NAVSEG, a quarta-feira foi marcada para uma solenidade em comemoração aos 176 anos da Capitania dos Portos de São Paulo, que foi celebrado no último dia 11.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 14/09/2023

REGIÃO SUDESTE - BTP, DPW, ECOPORTO E SANTOS BRASIL SE UNEM NO DIA MUNDIAL DA LIMPEZA

Com 200 voluntários, empresas vão promover ação na orla da praia de Santos neste sábado
Da Redação redacao@portalbenews.com.br

Os quatro maiores operadores portuários do Porto de Santos (SP) unem esforços em prol do meio ambiente neste sábado, dia 16, no Dia Mundial da Limpeza de Rios e Praias – conhecido internacionalmente como World Clean Up Day. Brasil Terminal Portuário (BTP), DP World, Ecoporto e Santos Brasil reunirão 200 voluntários na ação que acontecerá na orla da praia de Santos, com o objetivo de mobilizar as comunidades em mutirões de limpeza e, principalmente, realçar a importância das ações individuais na conservação desses ambientes.

Na cidade, esta é a quinta edição do evento com participação dos terminais. O apoio é da Prefeitura e Ibama. O foco é o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 14 – Vida na Água.

O Dia Mundial de Limpeza de Rios e Praias é um evento que acontece anualmente em todo o mundo. O movimento faz parte do World Clean Up Day, movimento internacional que envolve milhões de voluntários em mais de 190 países, para ajudar a criar um mundo novo e mais sustentável.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 14/09/2023

REGIÃO NORDESTE - PORTO DO ITAQUI PARTICIPA DE SEMINÁRIO SOBRE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS PARA O MARANHÃO

Objetivo é apresentar negócios com potencial de crescimento a possíveis investidores
Por VANESSA PIMENTEL vanessa@forumbrasilexport.com.br

O Porto do Itaqui irá mostrar suas potencialidades e possibilidades de crescimento, já que conta com localização estratégica, entre as regiões Nordeste e Norte do país Crédito: Divulgação

O Porto do Itaqui, o governo do Maranhão e o Banco do Nordeste (BNB) promovem nesta quinta-feira (14) o seminário “Maranhão de Oportunidades: seminário para atração de investimentos”, com objetivo de apresentar a investidores e à direção do BNB, negócios com potencial de crescimento no Estado.

Serão detalhados os resultados obtidos pelo Porto do Itaqui e pela Secretaria de Indústria e Comércio do Maranhão (Seinc).

Já o Banco do Nordeste vai apresentar ao governo do Estado e aos empresários, linhas de crédito capazes de financiar novos projetos de infraestrutura, além de explicar como se candidatar aos financiamentos. Atualmente, a instituição financeira é a responsável por 63% dos financiamentos realizados no Maranhão, de acordo com dados do Banco Central do Brasil.

Além de empresários, instituições como Sebrae, Fiema e Fecomércio, também estarão representadas no evento.

O Porto do Itaqui irá mostrar suas potencialidades e possibilidades de crescimento, já que conta com localização estratégica, entre o Nordeste e Norte do país, e a rota de navegação mais próxima para a costa leste da América do Sul à Europa, Estados Unidos e outros destinos internacionais, tornando-o ponto de entrada e saída importante para o comércio internacional.

Também é beneficiado por uma profundidade natural adequada para receber embarcações de grande porte, incluindo navios porta-contêineres, graneleiros e petroleiros, facilitando o transporte de grandes volumes de carga, entre eles minério de ferro, soja, milho, combustíveis e celulose.

Serão detalhados ainda os últimos investimentos feitos no complexo para melhorar e ampliar a infraestrutura portuária, as possibilidades de acesso rodoviário e ferroviário e as ações que têm sido adotadas visando minimizar o impacto ambiental causado pelas operações.

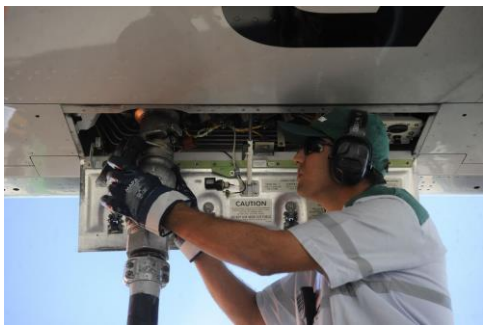
Entre essas medidas está a elaboração do Plano de Descarbonização do Porto do Itaqui, por meio de uma cooperação técnica com a Fundação Porto de Valência, da Espanha.

A operação ship to ship realizada pela primeira vez em julho deste ano no complexo portuário maranhense é outra novidade que será detalhada aos investidores, já que traz benefícios como redução de custos, de tempo de espera operacional e abre novas possibilidades de negócio.
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 14/09/2023

AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

GOVERNO LANÇA O PROJETO COMBUSTÍVEL DO FUTURO; VEJA AS PROPOSTAS

PL institui, dentre outras medidas, o Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação (ProBioQAV), o Programa Nacional de Diesel Verde e traz ainda um marco legal da Captura e Estocagem de CO2
Por André Ramalho 14 de setembro de 2023 Em Biocombustíveis, Combustíveis, Política energética



A Gol e o MMA celebram a Semana do Meio Ambiente com voo sustentável abastecido com bioquerosene, biocombustível de aviação limpo e renovável que será adicionado ao querosene fóssil (Tânia Rêgo/Agência Brasil)

O governo Lula encaminhou ao Congresso, nesta quinta (14/9), o projeto de lei Combustível do Futuro, com um conjunto de propostas para promoção da mobilidade sustentável de baixo carbono.

O PL institui o Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação (ProBioQAV), com metas de redução das emissões por parte das operadoras aéreas a partir de 2027, por meio do uso de combustíveis sustentáveis.

Também cria o Programa Nacional de Diesel Verde (PNDV) e traz ainda um marco legal da Captura e Estocagem de CO2.

O governo ainda propõe aumentar os limites da mistura de etanol anidro à gasolina comum permitidos em lei, da faixa atual de 18% a 27,5% para entre 22% e 30%, desde que constatada sua viabilidade técnica.

O ProBioQAV
O Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação tem como objetivo o incentivo à pesquisa, produção, comercialização e uso energético do Combustível Sustentável de Aviação (SAF).

Os operadores aéreos ficarão obrigados a reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) em suas operações domésticas por meio da utilização de SAF em, no mínimo, 1% entre 2027 e 2028.

A partir de então, esse percentual sobe 1 ponto percentual a cada ano, até chegar a um compromisso de corte das emissões de 10% em 2037.

Caberá à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) fixar os valores das emissões totais equivalentes por unidade de energia computadas no ciclo do poço à queima de cada rota tecnológica de produção de combustível sustentável de aviação, para fins de contabilização da descarbonização em face ao querosene de aviação fóssil.

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) poderá alterar os percentuais temporariamente, a qualquer tempo, por motivo justificado de interesse público, restabelecendo-o por ocasião da normalização das condições que motivaram a alteração.

O Programa Nacional de Diesel Verde
O CNPE estabelecerá, a cada ano, a participação volumétrica mínima obrigatória de diesel verde (HVO), produzido a partir de matérias-primas exclusivamente derivadas de biomassa renovável, em relação ao diesel comercializado ao consumidor final, de forma agregada no território nacional.

A participação mínima obrigatória não poderá exceder o limite de 3% a cada ano.

Captura e estocagem de CO2
Sobre o marco da captura e estocagem geológica em CO2, o projeto atribui à ANP a regulação da atividade e o papel de autorizar os agentes interessados em explorar esse negócio.

A agência editará normas sobre a habilitação dos interessados e as condições para a autorização.

Integração dos programas
O projeto também propõe a integração das iniciativas e medidas adotadas no âmbito do RenovaBio, do Programa Rota 2030 – Mobilidade e Logística e do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular.

O CNPE fixará, para fins de apuração do cumprimento das metas do Programa Rota 2030 – Mobilidade e Logística, os valores de intensidade de carbono da fonte de energia (ICE) e a participação dos combustíveis líquidos ou gasosos ou da energia elétrica.

Novas espécies de combustíveis só poderão ser consideradas para efeito de cálculo das metas do Programa Rota 2030 – Mobilidade e Logística após a certificação das emissões no ciclo do poço à roda.

Em atualização
Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 14/09/2023

PREÇO DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS CAIU 17% NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2023, MOSTRA LEVANTAMENTO

Redução do preço dos painéis, desvalorização do dólar e o alto estoque dos distribuidores puxaram a redução para clientes residenciais e comerciais, segundo Greener

Por epbr 14 de setembro de 2023 Em Energia solar

O preço dos sistemas fotovoltaicos, já instalados, caiu 17% no primeiro deste ano, segundo levantamento da Greener. Com isso, o tempo para ter retorno do investimento – payback – diminuiu até 20%, aponta a consultoria.

A redução do custo para gerar a própria energia solar foi motivada pela queda no preço do módulo, a desvalorização do dólar frente ao real e o alto estoque dos distribuidores, segundo a Greener.

Veja os preços de acordo com a potência total do sistema fotovoltaico, já incluída a instalação:

Os kits mais populares são os de 4kWp a 8kWp, que responderam por 39% das vendas no semestre.

O preço médio do sistema fotovoltaico por porte é obtido por meio da análise de preços fornecidos por milhares de integradores que respondem às pesquisas realizadas semestralmente pela Greener.

Retorno mais rápido

Com a redução do custo dos painéis solares, o tempo para o consumidor ter o retorno do investimento no sistema fotovoltaico de até 20%, segundo a Greener.

Um sistema de 4 kWp, por exemplo, levava de 3,8 anos até 5,7 anos para se pagar em janeiro de acordo com o estado. Em junho, passou para 3,1 anos até 4,8 anos.

Piauí, Pará e Mato Grosso tem o payback mais curto, influenciado pelas tarifas mais altas cobradas pelas distribuidoras de energia elétrica e a produtividade dos instaladores fotovoltaicos. Já São Paulo tem o retorno mais longo.

Ressaltando que o comparativo vale para os sistemas registrados após 7 de janeiro, já que os que se cadastraram antes ainda têm direito à regra antiga, que compensa todas as tarifas até 2045. Os que chegaram depois devem arcar com a Tarifa de Uso de Distribuição (TUSD) de forma escalonada, de acordo com o tipo e porte da conexão.

Queda na demanda

O estudo aponta uma redução na demanda por painéis solares no primeiro semestre, motivada em parte pelos estoques cheios no Brasil.

O volume de módulos fotovoltaicos importados pelo mercado brasileiro no primeiro semestre de 2023 foi de 7,8 GW, uma queda de 19% em relação ao mesmo período de 2022.

Ao todo, consumidores e empreendedores demandaram 7.779 painéis fotovoltaicos, que exigiram investimentos de mais de R$ 25 bilhões, tanto para geração distribuída quanto para grandes usinas.
Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 14/09/2023

LULA CONFIRMA APOIO À ANTECIPAÇÃO DA MISTURA OBRIGATÓRIA DE BIODIESEL

"Está provado que é possível", presidente afirma que o CNPE pode voltar a se reunir este ano para deliberar sobre o tema
Por Millena Brasil 14 de setembro de 2023 Em Biocombustíveis, Política energética

Reunião do Ministro Alexandre Silveira, do MME, com o presidente Lula em janeiro de 2023 (Foto: Ricardo Stuckert/PR)

BRASÍLIA – O presidente Lula (PT) declarou nesta quinta (14/9) que "está provado que é possível" aumentar a mistura obrigatória de biodiesel ao diesel fóssil no Brasil; e que o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) pode voltar a reunir este ano para deliberar sobre o tema.

"Quem sabe a gente tenha que convidar outra vez o Conselho Nacional de Política Energética e, quem sabe, aumentar de 12% para 13%, de 12% para 14%, porque está provado que é possível aumentar a produção", disse Lula.

A declaração foi feita durante a cerimônia de assinatura do PL do Combustível do Futuro, no Palácio do Planalto.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), reafirmou que a ampliação da mistura não demonstra riscos ao aumento dos preços na bomba.

"O presidente disse que avança para o B13, para o B14, para que a gente possa ter um avanço seguro, mas dando previsibilidade e segurança ao investidor. Vamos continuar com os estudos", disse Silveira.

"Quando nós aumentamos de B10 para B12, não tivemos um centavo sequer de impacto no preço do óleo diesel no Brasil porque nós tínhamos todos os estudos e segurança para fazer o aumento da mistura sem impacto econômico e social", completou.

Reabertura ao setor
Lula citou o fechamento de usinas. Segundo o presidente, a restauração das usinas vai promover a expansão e o crescimento do setor, trazendo mais previsibilidade aos investidores.

"Eu sei que muitas usinas de biodiesel fecharam. Se depender de mim, nós vamos recuperar todas", afirmou o presidente.

Hoje, o país conta com 69 usinas de biodiesel distribuídas pelo país. Em 2022, com a mistura reduzida para B10, sob ex-gestão de Bolsonaro, as indústrias apresentaram cerca de 50% de capacidade ociosa.

Setor quer antecipar o B15 para 2024

Desde abril, o Brasil incorpora 12% de biodiesel ao diesel tradicional, em cumprimento ao cronograma estabelecido pelo CNPE, no qual está previsto o aumento gradual do mandato até atingir 15% em 2026.

Mas o objetivo do setor de biodiesel era antecipar as metas atuais, de modo a alcançar 15% (B15) em março de 2024.

A antecipação do cronograma tem sido defendida publicamente pelo vice-presidente e ministro da Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin (PSB).

Alckmin chegou a defender outra proposta: incluir no projeto de lei do Combustível do Futuro a programação para atingir o B20, mas não houve consenso entre as pastas.

Na semana passada, foi apresentado pelo líder da FPBio, Alceu Moreira (MDB/RS), um projeto que estabelece um plano decenal para biodiesel, com políticas para SAF, diesel verde e CCS, nos moldes do texto do Combustível do Futuro.

Entre outras iniciativas, a proposta de Moreira sugere que o teor da mistura obrigatória seja aumentado para 15% dentro de 90 dias após a publicação da lei, enquanto o projeto do Combustível do Futuro, apresentado pelo governo nesta quinta (14/9), prevê a continuidade do calendário do CNPE.

O novo PL, que será encaminhado ao Congresso Nacional, conta com cinco eixos principais: Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação (ProBioQAV); Programa Nacional do Diesel Verde (PNDV); regulação dos combustíveis sintéticos; captura e estocagem de dióxido de carbono (CO2); e novos mandatos de etanol anidro à gasolina.
Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 14/09/2023

MME PROPÕE REDUÇÃO DE 11% NA META DECENAL DO RENOVABIO

Proposta colocada em consulta pública nesta quinta-feira (14/9) prevê diminuição no volume de CBIOs ao fim do ciclo de dez anos
Por epbr 14 de setembro de 2023 Em Biocombustíveis, Política energética, Transição energética

O BNDES RenovaBio financia empresas produtoras de biocombustíveis com base na sua eficiência energético-ambiental (Foto: Celfenergia/Divulgação)

O Ministério de Minas e Energia (MME) publicou nesta quinta-feira (14/9) o relatório de impacto regulatório para redução da meta decenal do Renovabio. A proposta prevê redução de 11% no volume de créditos de descarbonização (CBIOs) ao fim do ciclo de dez anos, em relação com o ciclo atual.

Cada CBIO equivale a uma tonelada de carbono.

A “suavização” da curva, como explicou a newsletter Diálogos da Transição na última semana, é necessária para atualizar as premissas do programa criado em 2018. De lá para cá, a iniciativa passou por crises e frustração na oferta e demanda de biocombustíveis, especialmente por conta da pandemia de Covid-19.

Apesar da diminuição da meta para 10 anos, a proposta prevê um aumento de 8,7% no volume de CBIOs em 2024 em relação a 2023. Com isso, o volume no próximo ano passaria de 37,47 milhões para 38,78 milhões de CBIOs.

Já a meta decenal seria reduzida de 99,22 milhões para 71,39 milhões, em 2033.

Impacto no preço dos combustíveis
O MME estima ainda que a meta proposta para 2024 tende a levar a um preço médio de CBIO de R$ 107,09, com impacto de R$ 0,037 e R$ 0,039 no preço da gasolina e diesel, respectivamente.

"Destaca-se ainda que não é esperado nenhum impacto adicional ao preço dos combustíveis em 2024, considerando o impacto hoje verificado pela meta de 37,47 milhões de CBIOs (2023)", afirma o documento.
Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 14/09/2023

BRASIL PRECISA AGIR RÁPIDO PARA NÃO PERDER OPORTUNIDADE DO HIDROGÊNIO VERDE, DIZ VESTAS

Definir regras para eólica offshore é fundamental para competir no cenário global do combustível renovável, diz Gabriel Pontes, gerente sênior de Vendas da Vestas
Por epbr 14 de setembro de 2023 Em Empresas, Eólica, Hidrogênio, Política energética, Transição energética, Vídeos

O Brasil precisa definir rapidamente as regras para eólica offshore para não perder a oportunidade de se tornar um grande exportador de hidrogênio verde, afirmou Gabriel Pontes, gerente sênior de Vendas da Vestas. O executivo deu uma entrevista à epbr enquanto participava da Brazil Windpower, em São Paulo (veja a íntegra acima).

"Nós estamos inseridos num debate de transição energética que é uma necessidade global. O Brasil pode ser um fenômeno na exportação de uma molécula verde ou mesmo de outros subprodutos importantes com baixa agregação de carbono, mas, para que isso aconteça, nós precisamos nos mexer agora. Caso contrário, a gente pode perder uma oportunidade muito importante", disse Gabriel Pontes.

A Câmara dos Deputados discute atualmente o projeto de lei 576/2021, que trata da geração eólica offshore. Nesta terça-feira (12/9), o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse que está articulando pela aprovação da proposta e que espera um resultado positivo ainda este ano.

O marco legal é necessário para destravar a cessão das áreas offshore e os investimentos no Brasil. Atualmente, o país tem 189 GW de projetos em licenciamento, que aguardam uma definição.

O mesmo acontece com o hidrogênio, que ainda não tem um marco regulatório.

"A gente tem aí, na verdade, uma oportunidade muito importante, mas precisamos nos movimentar rápido, os agentes reguladores, legisladores, precisam se movimentar rápido para trazer, justamente, essa clareza jurídica, porque isso, certamente, vai trazer uma consequência em termos de demanda, vai trazer uma demanda e investimento para o nosso país com volumes bastante expressivos."

Hidrogênio verde e eólica offshore
Pontes afirma que o hidrogênio verde é essencial para desenvolver a eólica offshore no Brasil.

"O hidrogênio verde é fundamental. E por ser uma demanda global e o Brasil sendo um agente bastante protagonista na produção dessa molécula, a gente entende que, de fato, isso pode alavancar um crescimento bastante significativo."

Segundo Gabriel, o Brasil tem potencial para ser um dos líderes mundiais em hidrogênio verde por conta da competitividade do país na área renovável.

"O Brasil tem esse DNA, essa propensão renovável. E essa propensão não é da boca para fora. Hoje, quando você compara o custo da produção do hidrogênio verde entre os diversos países, isso

não sou eu que estou dizendo, você tem algumas métricas importantes, em especial o relatório da Bloomberg New Energy Finance, mostrando que hoje o Brasil tem um dos menores, se não o menor custo por quilo de produção do hidrogênio verde."

Fracasso de leilões estrangeiros
O executivo da Vestas afirmou que a alta nos custos da geração eólica offshore não está sendo acompanhada pelo preço da energia, o que explica o baixo desempenho dos últimos leilões, no Mar do Norte e no Golfo do México, além de discussões sobre a viabilidade de projetos nos EUA.

"O que a gente vem vendo na cadeia é que os custos têm crescido ao cubo, enquanto os preços e custos de eletricidade vêm crescendo ao quadrado", diz.

Ele afirma que é possível extrair lições para o Brasil a partir dos leilões estrangeiros.

"A primeira lição que nós não devemos repetir é que a gente pense (…) não só pelos aspectos quantitativos, mas também pelos seus aspectos qualitativos. O que significa que os atributos e as externalidades positivas sejam valoradas e nós não entremos numa corrida do mínimo, apenas pelo mínimo. Porque isso, de fato, vai fazer com que os atores econômicos e os agentes econômicos não busquem necessariamente esse investimento ou busquem de maneira mais retraída."

A Vestas é uma das maiores fabricantes de turbinas eólicas offshore do mundo, com mais de 1.600 unidades instaladas, em 48 projetos, com 9 GW de capacidade.

Outro fator é o tempo de maturação dos projetos, da cessão da área até a entrada em operação da usina. Segundo ele, hoje esse prazo é muito longo e deixa os empreendimentos mais vulneráveis à flutuações de custos e preços.

"Hoje, a média, globalmente, a gente está falando de nove anos, é preciso encurtar, porque imagina você tomando uma decisão que vai demandar nove anos, tendo que estabelecer o preço agora. É muito difícil, em especial dada a volatilidade que nós observamos mundialmente, através da crise de commodities, da própria crise mundial sanitária. Então, é muito importante que a gente tenha isso em mente, ou seja, é uma lição. Diminua um pouco os prazos."
Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 14/09/2023

PETROBRAS ANUNCIA EÓLICAS OFFSHORE E AVALIA AQUISIÇÕES EM TERRA

A Petrobras anunciou o portfólio de projetos de eólica offshore de 23 GW e analisa aquisições no Brasil e exterior
Por epbr 14 de setembro de 2023 Em Comece seu Dia

Diretor de Transição Energética da Petrobras, Maurício Tolmasquim, durante o evento Brazil Windpower, em São Paulo (Foto: Mariana Rodrigues/epbr)

A Petrobras anunciou um portfólio de projetos de eólica offshore de 23 GW. Petroleira entrou com pedido de licenciamento de dez projetos, afirmou nesta quarta (13/9) o presidente da empresa, Jean Paul Prates. Do total, sete áreas estão no Nordeste, duas no Sudeste e uma no Sul. Atualmente o Ibama tem 189 GW em projetos em avaliação.

E avalia aquisições. O diretor de Transição Energética, Maurício Tolmasquim, ressaltou que os investimentos na geração renovável passam pela análise da compra de parques eólicos onshore e o desenvolvimento de novos projetos em parceria com outras empresas:

– “A gente está olhando também a possibilidade de, no exterior, entrar minoritariamente em parques eólicos offshore para, enquanto não sai a lei no Brasil, a gente ganhar experiências. Então, a gente está analisando também. Mas o nosso foco maior é aqui no Brasil”

Parceria com a WEG. Empresas anunciaram nesta quarta (13/9) um acordo para o desenvolvimento de um aerogerador onshore com capacidade de 7 MW. Será a maior turbina eólica fabricada no Brasil.

– A petroleira investirá R$ 130 milhões no projeto. A WEG prevê que o aerogerador poderá ser produzido em série a partir de 2025.

– A Petrobras justifica o investimento sob a alegação de que espera ampliar seu conhecimento tecnológico para aplicação posterior na geração eólica offshore. Na véspera, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse que conta com a Petrobras para ajudar no desenvolvimento da cadeia produtiva do setor.

TotalEnergies marca decisão de projeto de US$ 9 bi no Suriname. A petroleira prevê instalar um FPSO de 200 mil barris/dia no litoral do país sul-americano, cuja geologia guarda semelhanças com a Margem Equatorial brasileira.

– A decisão final de investimento está prevista para o fim de 2024. A meta da companhia é que o primeiro óleo seja produzido em 2028.

IEA: petróleo pode ficar mais volátil e caro. Os cortes de petróleo da Arábia Saudita e da Rússia criarão um “déficit significativo” de 1,2 milhão de barris/dia na oferta no 2º semestre, o que representa um risco para consumidores, alerta a Agência Internacional de Energia.

Mesmo que os dois países relaxem suas restrições de oferta no início de 2024, os estoques ficarão muito baixos e deixarão os preços vulneráveis a choques, afirmou a AIE.

– Nesta quarta, o Brent, para novembro, caiu 0,2%, a US$ 91,88 o barril, pressionado por um movimento de correção após bater novamente as máximas do ano na véspera. O aumento inesperado dos estoques da commodity nos EUA sinalizou demanda mais fraca e ajudou a tirar o ímpeto dos contratos futuros.

TBG prepara oferta de capacidade da ampliação do Gasbol para 2024. Inicialmente, a expectativa era realizar este ano a chamada pública incremental para oferta da capacidade extra do gasoduto Bolívia-Brasil, mas a transportadora decidiu rever o escopo do projeto. Transportadora fez consultas recentes ao mercado para reanálise da demanda e “vem estudando soluções para um projeto otimizado”.

Hidrogênio verde pode gerar até US$ 5 bi/ano ao Brasil, diz BCG. País pode ser o 3º com o melhor custo-benefício para exportação de hidrogênio de baixo carbono, atrás dos Estados Unidos e Canadá.

– De acordo com a consultoria, o Brasil tem o potencial de mercado para o uso de hidrogênio verde que pode chegar 1,5 megatoneladas em 2030, tanto para o uso em transportes de longa distância, quanto para fertilizantes, enriquecimento de materiais e como substituição a combustíveis fósseis em indústrias.

Energia solar: usinas centralizadas ultrapassam 10 GW no Brasil. Em agosto, 15 plantas fotovoltaicas entraram em operação, com 744,7 MW de capacidade, segundo a Aneel. Com isso, a energia solar já responde por 5% de toda a potência do país, de 195 GW. Veja o ranking dos estados com maior capacidade instalada

UE abre investigação sobre subsídios chineses a carros elétricos. A Comissão Europeia critica o uso de subsídios do governo da China para apoiar “artificialmente” a expansão global de suas

montadoras. A investigação reflete a preocupação crescente da Europa sobre o impacto de produtos mais baratos da China na indústria doméstica do bloco. A investigação, não necessariamente, resultará na imposição de tarifas.

Sigma Lithium avalia propostas de aquisição. Conselho de Administração da mineradora canadense, que faz extração e industrialização de lítio no Brasil, iniciou uma revisão estratégica após receber propostas pela empresa.

– A Sigma Lithium diz que recebeu uma série de ofertas, tanto pela empresa como um todo, quanto pela subsidiária Sigma Brazil (Sigma Mineração) e pelo projeto Grota do Cirilo, no Vale do Jequitinhonha (MG).

STJ mantém multa contra Petrobras por acidente ambiental. O Superior Tribunal de Justiça manteve uma punição aplicada pelo Ibama, no valor de R$ 5 milhões, pela explosão e naufrágio em 2001 da plataforma P-36, a maior produtora de petróleo em alto-mar do mundo à época. As duas explosões ocorridas na plataforma deixaram 11 mortos no Rio de Janeiro. A estrutura foi a pique carregada de óleo.
Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 14/09/2023

JORNAL O GLOBO – RJ

CÂMARA APROVA COMPENSAÇÃO DE PERDAS DE R$ 27 BILHÕES DE ICMS PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS

Proposta compensa perda com a desoneração de combustíveis no ano passado. Recomposição de FPM e FPE é cota extra
Por Victoria Abel — Brasília

Plenário da Câmara dos Deputados — Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

A Câmara dos Deputados aprovou por 349 a 68 votos a compensação de ICMS para estados e municípios, estipulada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no valor de R$ 27 bilhões. O texto ainda traz uma antecipação de pagamento de parte desse montante para este ano, no valor aproximado de R$ 10 bilhões, referente ao ano de 2024. Os recursos serão pagos aos entes federativos, seja por repasses diretos do Tesouro ou abatimento de dívidas.

As perdas de arrecadação com ICMS ocorreram no ano passado, com a redução de impostos sobre combustíveis no governo Jair Bolsonaro. Um acordo foi feito entre União e estados, homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em junho, prevendo pagamento total de R$ 27,5 bilhões.

A quitação poderia ser feita em até 3 anos, mas a redução do prazo ocorreu após apelo dos estados e, principalmente, dos municípios.

O projeto também traz a compensação de perdas do Fundo de Participação dos Estados (FPM) dos últimos três meses, no valor de R$ 2,3 bilhões. A matéria coloca uma cláusula que garante mais compensações em dezembro, caso haja novas perdas até o fim do ano.

“Ainda, ao término de 2023, a União complementará os recursos do FPM caso se constate redução real do repasse quando considerado todo o exercício, nos termos de ato do Ministro da Fazenda”, diz o relatório.

Nesta quinta-feira, o relator Zeca Dirceu (PT-PR) acrescentou no texto uma recomposição de prejuízos do Fundo de Participação dos Estados (FPE). O valor será de aproximadamente R$ 1,6 bilhão. O presidente do Comsefaz (Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados), Carlos Eduardo Xavier, disse que o pedido foi do colegiado e do Fórum de Governadores.

— Os estados que têm uma dependência maior do FPE estão em situação muito ruim com as quedas sucessivas que aconteceram recentemente. E a antecipação dos valores da compensação da LC 194 referente a 2024 para 2023 atende também os demais estados. É uma ajuda muito importante para o fechamento do ano — disse o presidente.

O projeto também obriga os estados a comprovar a transferência dos 25% de ICMS a que os municípios têm direito. O pedido foi feito por prefeitos que alegam que os governadores não estão repassando a totalidade dos recursos.

"Os Estados comprovarão mensalmente à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda a transferência aos Municípios", diz o texto.

— Se algum estado descumprir a lei, o Tesouro fará o bloqueio de recursos estaduais — afirmou Zeca Dirceu.

O relator ainda tirou do projeto de lei um trecho que abria brecha para os estados aumentarem a cobrança do ICMS. O artigo permitia que a cobrança mudasse de um valor fixo sobre o litro de combustível (ad rem) para um valor variável aplicado sobre o preço médio dos combustíveis (tributação ad valorem).
Fonte: O Globo - RJ
Data: 14/09/2023

PETROBRAS ASSINA ACORDO COM TOTAL E CASA DOS VENTOS PARA INVESTIR EM ENERGIA RENOVÁVEL

Memorando prevê busca de oportunidades em eólica onshore (terra), eólica offshore (mar), solar e hidrogênio
Por Bruno Rosa

Jean Paul Prates, presidente da Petrobras, assina acordo com o CEO da TotalEnergies, Patrick Pouyanné, e o presidente da Casa dos Ventos, Mario Araripe, para investimentos em energia renovável — Foto: Divulgação

A Petrobras assinou nesta quinta-feira memorando de entendimento não vinculante com a TotalEnergies e Casa dos Ventos para avaliar projetos em energias renováveis no Brasil. De acordo com a estatal, o objetivo é desenvolver estudos conjuntos para avaliar oportunidades de negócios em eólica onshore (terra), eólica offshore (mar), solar e hidrogênio de baixo carbono no país.

Trata-se de uma mudança importante no portfólio da companhia, que nos últimos anos abandonou por completo o investimento em fontes renováveis. Desde que Jean Paul Prates assumiu a companhia, criou uma diretoria de Transição Energética e já selou acordos com a Shell e a Equinor para buscar projetos verdes no Brasil.

A assinatura do acordo com a Total e a Casa dos Ventos aconteceu na sede da Petrobras no Rio de Janeiro e contou com a presença do CEO da TotalEnergies, Patrick Pouyanné, e do presidente da Casa dos Ventos, Mario Araripe. O memorando também ocorre em meio ao lançamento do programa de combustível renovável anunciado hoje pelo presidente Lula.

A Petrobras e a TotalEnergies são parceiras em ativos de exploração e produção no Brasil, como Mero, Iara, Atapu e Sépia entre outros, além de manterem parceria estratégica no país na área de pesquisa e desenvolvimento vigente desde 2017.

- A Petrobras dá mais um passo em direção à transição energética justa e inclusiva com esse novo acordo com a TotalEnergies e a Casa dos Ventos. Nosso propósito é atuar em conjunto com grandes players para deslanchar investimentos em negócios de baixo carbono, encorpando o cenário de pesquisa tecnológica e novos negócios no país. Caso sejam viáveis e venham a ser implementados, essas iniciativas irão contribuir decisivamente para o aumento da oferta de energias renováveis no mercado brasileiro - disse o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates.

O acordo tem duração de dois anos. Os acordos miram o novo plano de negócios da estatal para os anos de 2024 e 2028, que está em desenvolvimento. De acordo com a estatal, serão direcionados para projetos de renováveis e de soluções de baixo carbono até 15% do valor total previsto de investimento do plano para os próximos cinco anos.

O número é maior que os 6% do plano atual, que compreende os anos de 2023 a 2027. Este último prevê investimentos totais de US$ 78 bilhões.

“Buscamos parcerias para impulsionar a transição energética do Brasil e queremos contribuir para tornar o país protagonista na economia de baixo carbono. Somos uma empresa de conhecimento e vamos aliar isso à expertise global multienergética da TotalEnergies à capacidade em exploração e distribuição de energéticos da Petrobras”, afirma Mario Araripe, presidente da Casa dos Ventos.

- Buscamos parcerias para impulsionar a transição energética do Brasil e queremos contribuir para tornar o país protagonista na economia de baixo carbono. Identificamos uma demanda cada vez maior das principais indústrias por utilizar energia renovável - afirma Mario Araripe, presidente da Casa dos Ventos.
Fonte: O Globo - RJ
Data: 14/09/2023

DIRETOR DO BNDES AFIRMA QUE PAÍSES QUE DEVEM AO BRASIL NÃO TERÃO FINANCIAMENTO DO BANCO

Executivo enviará projeto de lei para proibir operações com esses países, mas oposição tenta aprovar PEC que restringe ainda mais esse tipo de financiamento
Por Eliane Oliveira e Jeniffer Gularte — Brasília

Diretor de Desenvolvimento Produtivo, Comércio Exterior e Inovação do BNDES, José Gordon — Foto: Divulgação

O diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do BNDES, José Gordon, afirmou ao GLOBO que o banco voltará a financiar exportações de serviços de engenharia, mas somente após a aprovação de um projeto de lei que deixará claro que países que devem o Brasil só poderão tomar novos empréstimos se estiverem em dia com o pagamento dos empréstimos.

Gordon explicou que este é um dos pilares previstos no texto, que deverá ir para o Congresso ainda este ano.

O Projeto de Lei (PL) ao qual o diretor do BNDES se refere é um projeto que se contrapõe a uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) encaminhada pela oposição ao Congresso para proibir qualquer tipo de financiamento à exportação de serviços pelo banco.

Segundo ele, o PL dará mais transparência e terá como referência práticas com base na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O texto também prevê a criação de um eximbank, para financiar as operações.

Gordon enfatizou que o BNDES só voltará a financiar exportações de serviços após a aprovação desse texto. Esse tipo de operação não é realizada desde 2016, quando as empreiteiras passaram a ser investigadas pela Operação Lava-Jato.

— Se os países não renegociarem as dívidas, não vão receber produtos ou serviços brasileiros. Isso já existe na regra do banco, mas vamos colocar em lei — disse.

Atualmente, Venezuela e Cuba passam por dificuldades econômicas. Beneficiados com o financiamento de obras públicas - como os casos emblemáticos do metrô de Caracas e do porto de Mariel - esses países não podem receber mais recursos enquanto não quitarem o que devem.

— Exportando, o Brasil vai aumentar a capacidade de gerar empregos — afirmou o diretor do BNDES.

Sem garantia, BNDES não apoiará financiamento para Argentina, diz diretor
Gordon explicou que o banco não financia diretamente os países, e sim empresas brasileiras que querem vender produtos ou serviços. E quando os empréstimos não são pagos, o banco é ressarcido com o Fundo Garantir de Exportações, vinculado ao Ministério da Fazenda.

— Mais de 90 países têm instituições similares ao que o BNDES faz. Estados Unidos, Canadá, China, Coreia do Sul, Alemanha usam a estrutura pública para financiar as exportações de bens de capital, aeronaves, ônibus, entre outros itens. O papel do financiamento público é fundamental para apoiar a exportação — argumentou Gordon.

Ele enfatizou que, nos principais países que estão no mercado internacional, o setor público responde por 8%. Na Coreia do Sul, a parcela é de 20%, enquanto no Brasil a participação fica em apenas 0,3%.

Segundo o diretor, os recursos que estão no Fundo Garantidor não são bancados pelo contribuinte. A empresa exportadora paga um prêmio alto e o Tesouro administra o dinheiro. Outro dado é que 35% do que o BNDES apoiou em exportação de serviços foram para máquinas e equipamentos.

— Muitos desses produtos são de pequenas empresas. Não existe uma demanda ainda, mas queremos voltar a apoiar a exportação de serviços. O BNDES é um dos bancos mais transparentes do mundo — disse.

Gordon está otimista quanto à aprovação do projeto. Disse que o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), responsável pelo texto no Executivo, já recebeu aval do Tribunal de Contas da União (TCU), tem sido largamente debatido com os parlamentares e conta com o apoio do setor privado.

— Vamos ter o desafio de reestruturar os setores, principalmente o de máquinas e equipamentos. Vamos reconstruir o que a Lava-Jato destruiu de forma errada.

Na avaliação do diretor do BNDES, a PEC da oposição - que está na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara - dificulta o financiamento de exportações pelo banco.

— A PEC, como está colocada, determina que toda vez que a Embraer, por exemplo, for pegar financiamento, a operação terá de ser aprovada pelo Congresso. Isso tira a liberdade empresarial.

Perguntado sobre a Argentina, cuja economia está quebrada e precisa de recursos até para importar, Gordon disse que o assunto preocupa oito de dez empresas brasileiras. A questão, enfatizou, é que o país tem de apresentar garantias para financiar suas compras.

— Sem garantia, o BNDES não irá apoiar nenhum tipo de financiamento para a Argentina — afirmou.
Fonte: O Globo - RJ
Data: 14/09/2023

NAVIO CARGUEIRO SUSTENTÁVEL COM VELAS MECÂNICAS CHEGA AO BRASIL NESTA SEXTA-FEIRA; VÍDEO

Navio Pyxis Ocean deixou a China em agosto em viagem inaugural; equipamento promete reduzir emissão de carbono em 30%

Navio cargueiro equipado com duas velas mecânicas que prometem reduzir emissão de carbono chega ao Brasil — Foto: Reprodução

O cargueiro Pyxis Ocean deve chegar nesta sexta-feira ao porto de Paranaguá, no Paraná. A embarcação da Mitsubishi Corporation está a serviço da Cargill e tem um diferencial: velas mecânicas de 37,5 metros, que prometem reduzir a emissão de carbono. No porto brasileiro, o granaleeiro será abastecido com um carregamento de 63 mil toneladas de farelo de soja, concluindo a primeira etapa de sua viagem inaugural com o equipamento.

Apesar de chegar nesta sexta-feira, o navio deverá atracar no porto apenas no dia 25 de setembro.

O Pyxis Ocean, que também tem um motor de combustão tradicional, partiu de Xangai, na China, em meados de agosto. As duas velas mecânicas, desenvolvidas pela BRA Technologies no âmbito projeto WindWings, seriam capazes, segundo a fabricante, de reduzir em 30% a emissão de carbono ao aproveitarem a força do vento para mover o navio de 229 metros de comprimento.

— A indústria marítima está numa jornada para a descarbonização. Não é fácil, mas é emocionante — disse Jan Dieleman, presidente da divisão de transporte marítimo da Cargill, em agosto, pouco após o navio deixar o porto chinês.

Capazes de se movimentar em diferentes posições, as velas são acionadas quando em alto mar para aproveitar a força dos ventos. Um vídeo mostra os equipamentos em operação:

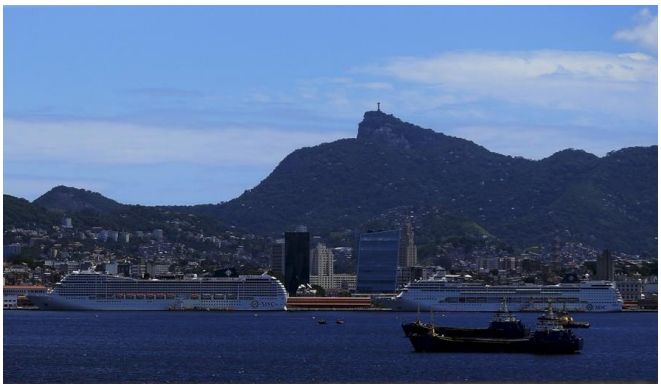
MF Afros é equipado com velas rotatórias e esteve em maio no porto paranaense — Foto: Divulgação

O desempenho das velas está sendo monitorado, com o objetivo de reunir informações que garantam o aprimoramento e expansão do projeto, segundo divulgado pela Cargill, em nota. O WindWings conta com financiamento da União Europeia no âmbito do projeto CHEK Horizon 2020, voltado para a descarbonização do transporte marítimo.

Não é a primeira vez que o porto de Paranágua recebe um navio com tecnologia semelhante. Em maio do ano passado, o navio MV Afros atracou no local para descarregar fertilizantes. Ele foi o primeiro do tipo a ser equipado com velas rotatórias, capaz de economizar cerca de 12,5% na emissão de carbono.
Fonte: O Globo - RJ
Data: 14/09/2023

EVENTO NO PIER MAUÁ VAI DEBATER FUTURO DA CONSTRUÇÃO COM ESPECIALISTAS INTERNACIONAIS

Por Rennan Setti



Navios Transatlânticos ancorados no Porto do Rio — Foto: Fabiano Rocha/Agência O Globo

O Pier Mauá vai receber especialistas internacionais para discutir o futuro da construção na próxima semana. Em um dos painéis do Rio Construção Summit 2023, que ocorre entre os dias 19 e 21, o prefeito Eduardo Paes vai debater “cidades inteligentes” com o sul-coreano Seok-tae Kim, CEO da Songdo Smart City Project.

Entre os estrangeiros também estão previstos o australiano Bilal Succar, fundador da BIM Excellence Initiative; Danny Murguia, pesquisador da Universidade de Cambridge; Mohamad Kassem, professor de Newcastle; e Alexandre Del Sávio, da Universidade de Lima.

Ao todo, serão mais de 200 palestrantes e um público de cinco mil pessoas. As inscrições são gratuitas.
Fonte: O Globo - RJ
Data: 14/09/2023

VALOR ECONÔMICO (SP)

FUFUCA ADMITE QUE PARTE DO PP NÃO ESTARÁ NA BASE, MAS APONTA LIRA COMO ALIADO DO GOVERNO

Em entrevista ao Valor, novo ministro do Esporte diz ainda que vai priorizar retomada e ampliação do programa Segundo Tempo
Por Andrea Jubé e Fabio Murakawa, Valor — Brasília

Em entrevista ao Valor, o novo ministro do Esporte, André Fufuca, disse que a bancada do Progressistas (PP) na Câmara deverá entregar de 70% a 80% dos votos nas votações importantes do governo que tenham interesse público. Ex-líder do PP, ele negou constrangimento com a demora na nomeação para a pasta, e afirmou que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), é "praticamente o braço direito de articulação e do governo federal dentro do Legislativo”.

Fufuca minimizou a declaração do presidente nacional do PP, o senador Ciro Nogueira (PI), de que mesmo no comando da pasta do Esporte, a legenda será “independente” em relação ao governo Lula. Afirmou que a oposição de Nogueira – que foi chefe da Casa Civil de Jair Bolsonaro – ao atual governo é notória e pública.

“Nós temos um lado do partido contrário [ao ingresso na base do governo], e um lado do partido, hoje majoritário, favorável”, argumentou. “Um partido democrático como é o PP nos faz chegar à independência: uma parte vai votar contra, e outra parte favorável”, observou.

Ele adiantou que vai priorizar, em sua gestão, a retomada e ampliação do programa Segundo Tempo, uma demanda do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Outras prioridades são o combate ao racismo no esporte, a democratização do esporte de qualidade em todo o país, a busca de uma paridade maior entre homens e mulheres desportistas, e a implementação do programa Estádio seguro, com o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Fufuca negou desconforto com a demora na nomeação para o ministério. Embora, nos bastidores, as negociações para o ingresso do partido no governo remontem ao começo do ano, o diálogo evoluiu, de fato, após a aprovação da reforma tributária no começo de julho.

Com a indecisão de Lula, somente em agosto, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, confirmou que Fufuca e o ex-líder do Republicanos Silvio Costa Filho (PE) seriam nomeados ministros. Mas a indefinição sobre quais pastas eles assumiriam prolongou-se por mais 40 dias.

“No meu caso, não teve constrangimento nem prejuízo [político] nenhum”, afirmou. “É uma escolha do presidente, o tempo é do presidente, sempre tive essa compreensão. E cabe a ele dizer quando, onde e se será”, completou.

Assumindo o Esporte depois de passar semanas cotado para o Ministério do Desenvolvimento Social, ele negou que a proposta de divisão da pasta responsável pelo Bolsa Família tenha chegado ao partido ou que o PP tenha pleiteado o Ministério da Saúde. “Nós nunca fizemos essa solicitação, mas pegamos a fama, e até hoje ainda somos cobrados por isso”, lamentou.

Na tentativa de desfazer o mal-estar com a ministra Nísia Trindade, ele disse que quer atuar em parceria com a Saúde, porque o esporte, quando bem executado, acaba por diminuir os gastos na saúde. “Se você tem um desportista, ele vai ter uma vida mais saudável, vai ter diminuição do diabetes, da pressão alta, da cardiopatia”, alegou, lembrando que menos doenças na população geram menos gastos ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Segundo o ministro, o que houve foi o convite para o PP integrar o governo a fim de ajudar em algum ponto importante, e o ponto escolhido foi o Esporte. “A bancada acredita no potencial dessa pasta, que a gente possa através de parceiros consolidar um trabalho muito forte em todos os lugares, até porque o Ministério do Esporte tem uma capilaridade”, afirmou. “É um ministério de entrega”, acrescentou, citando obras de ginásios, quadras esportivas nos municípios, entre outras.

Questionado sobre quantos votos a bancada deverá entregar ao governo, ele argumentou que o PP já vem ajudando na consolidação da base. Lembrou que já na votação da “PEC da Transição”, a bancada deu 38 votos favoráveis à matéria, número equivalente a 68% - na ocasião, eram 56 deputados do PP. O presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), cujo voto é facultativo, também votou. A bancada hoje conta com 49 representantes. “O partido manterá aquilo que já vem entregando, que acredito que seja de 70%, 80%", afirmou.

"O partido tem tendência de caminhar em votações que lidam e demonstram o que seja melhor para o país", completou. “A gente já vem sinalizando que está disposto a construir novas saídas para antigos problemas e, principalmente, para o desenvolvimento da nação brasileira”, alegou.

Ele ainda comparou a situação do PP à do Republicanos porque o presidente da sigla aliada, deputado Marcos Pereira (SP), também tem declarado que apesar de assumir o Ministério de Portos e Aeroportos, a legenda terá postura independente em relação ao governo.

“O Republicanos continua na independência, o presente nacional do partido é oposição ao atual governo, mas grande parte da bancada vota favorável na consolidação dos planos de governo da gestão pública.

Fufuca ainda relativizou a relação tensa do presidente da Câmara, Arthur Lira, com o governo. “Poucos deputados foram tão aliados do atual governo como o presidente Arthur Lira, todas as votações importantes que o governo federal precisou, o presidente Arthur Lira nunca se furtou em momento algum de ajudar”, afirmou.

André Fufuca (PP-MA) e o presidente Lula após nomeação para o Ministério do Esporte — Foto: Ricardo Stuckert/PR

Segundo ele, Lira foi um dos “avalistas das votações mais importantes, e eu não vejo de forma nenhuma ele como possa ser colocado qualquer tipo de nomenclatura dele que não seja o maior aliado do governo”, acrescentou. “Hoje ele é praticamente o braço direito de articulação e do governo federal dentro do Legislativo”.

Fufuca demonstrou desconforto com a ausência da ex-ministra Ana Moser na solenidade de posse, que não transmitiu o cargo ao sucessor. “Acho que deve ter sido alguma questão pessoal e ela não pôde estar presente, mas independentemente disso, eu continuo fã dela”, registrou.

Questionado sobre o que fará para conquistar a confiança dos atletas que criticaram a substituição da campeã olímpica por um representante do Centrão, ele disse que a divergência é natural na política. “Nunca vai passar um ministro aqui que vai ter 100 % de apoio de todos”, afirmou.

Fufuca observou, entretanto, que grande parte das confederações, federações, secretarias de Estado declararam apoio ao nome dele. “Mais de 30 confederações, inclusive a confederação de vôlei, declararam apoio à nossa gestão, as federações estaduais, as secretarias de Estado e de município também”, enumerou.

O ministro discordou da observação do Valor de que essas entidades não representariam os atletas de alto desempenho e atletas de base, que protestaram contra a saída de Ana Moser. “Há uma visão equivocada no meu ponto de vista disso, são entidades representativas, são entidades que representam classes”, contrapôs.

Ele acrescentou que o ministério está de portas abertas a todos os atletas, mesmo àqueles que criticaram sua nomeação para o cargo. “O que eles puderem trazer de conhecimento para ajudar, eu estou totalmente à disposição. As políticas que estavam sendo feitas para os atletas de alto desempenho continuarão a ser feitas, serão aprimoradas e me coloco à disposição para que eles também possam auxiliar”, completou.

“Eles são patrimônio do Ministério do Esporte, eles que levam o nosso nome para fora, eles que são os verdadeiros embaixadores da nação brasileira, no que diz respeito ao esporte, e eu tenho essa sensibilidade em relação a eles”, concluiu.
Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 14/09/2023

SIGMA LITHIUM DIZ QUE IRÁ AVALIAR OFERTAS DE AQUISIÇÃO

Produtora de lítio grau bateria com operações no norte de Minas Gerais informou ter recebido propostas, por 100% ou por partes da empresa
Por Ivo Ribeiro e Felipe Laurence — De São Paulo

A mineradora canadense Sigma Lithium, que faz extração e industrialização de lítio no Brasil, anunciou nesta quarta-feira (13) que seu conselho de administração iniciou uma revisão estratégica dos negócios após receber propostas pela empresa. Informa que recebeu uma série de ofertas, feitas por empresas globais, tanto pela empresa inteira quanto pela subsidiária brasileira Sigma Mineração S.A. e o projeto Grota do Cirilo, na região do Vale do Jequitinhonha (MG).

As propostas de potenciais parceiros estratégicos diferem em natureza e estrutura e por isso serão sujeitas a uma avaliação estratégica pela Sigma Lithium e posterior negociação, comenta a empresa.

Ana Cabral: "Sigma honrada com forte interesse estratégico em nossos negócios" — Foto: Rogerio Vieira/Valor

"A Sigma Lithium está honrada pelo forte interesse estratégico em nossos negócios de empresas líderes nos setores de energia, automotivo, baterias e refino de lítio", disse Ana Cabral, presidente e também copresidente do conselho de administração da Sigma, em nota. Procurada, a executiva preferiu não conceder entrevista.

O conselho, segundo a nota, se comprometeu a finalizar o processo de avaliação ainda neste ano, mas não garante que o resultado será necessariamente em uma operação. "A Sigma quer assegurar os melhores interesses da companhia, seus acionistas e funcionários".

A empresa tem 44% das ações em mãos da A10 Investimentos FIA-IE, cujo maior acionista é Ana Cabral. Dois outros investidores são o BlackRock e o Fitpart Fund.

Sediada em Vancouver, Canadá, e com operações apenas no Brasil, a companhia iniciou a produção do mineral em abril e realizou o primeiro embarque de lítio à China no fim de julho - 15 mil toneladas de concentrado de lítio grau bateria. Também embarcou, pelo porto de Vitória (ES), 16,5 mil toneladas de rejeitos ultrafinos à cliente chinesa Yahua.

Para setembro estavam previstos novos embarques: um no começo do mês (15 mil toneladas) e outro de 18 mil no final do mês, além de nova carga de ultrafinos.

A empresa, que investiu R$ 1,5 bilhão na primeira fase de produção, tem suas operações de mina e industrialização localizadas nos municípios de Araçuaí e Itinga, que ficam no Vale do Jequitinhonha (nordeste de Minas Gerais).

A capacidade atual é para produzir 270 mil toneladas por ano de concentrado de lítio (equivalente a 36,7 mil toneladas de carbonato de lítio). A previsão da companhia para este ano é alcançar produção e embarques de 130 mil toneladas do metal.

O lítio é elemento essencial na fabricação de baterias para carros elétricos e o parque fabril de refino do mineral (em hidróxido e carbonato) encontra-se na China, bem como fabricantes de baterias. Há uma corrida no mundo por fornecimento de lítio para garantir a expansão de veículos elétricos.

A empresa informou na nota que contratou o Bank of America (BofA) e o BTG Pactual no Brasil como assessores financeiros no processo de revisão estratégica das operações. No início do ano, a Sigma chegou a abrir "data room" no BofA com informações da empresa, dentro de processo de venda do controle. O Valor apurou que grupos asiáticos estavam avaliando.

Em decorrência do anúncio, as ações da Sigma chegaram a subir 16,7% no pré-mercado da Nasdaq, em Nova York, onde é listada desde setembro de 2021. Os papéis fecharam o dia em alta de 13,73%, a US$ 36,54, dando valor de mercado de US$ 3,93 bilhões à companhia. A empresa também tem ações na bolsa de Toronto (TSX.V).
Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 14/09/2023

EUA APOSTAM EM DESENVOLVER PARCERIAS EM INFRAESTRUTURA NO BRASIL

Energia e transporte ferroviário são principais alvos de interesse do governo americano no momento
Por Érica Polo, Valor — São Paulo

Enoh Ebong, diretora da agência americana USTDA — Foto: Divulgação

O governo americano está de olho em desenvolver ou reforçar parcerias em infraestrutura no Brasil, sobretudo em energia e transporte ferroviário neste momento.

Por isso, a diretora da agência americana USTDA (U.S. Trade and Development Agency) Enoh Ebong, que desembarcou em Brasília no último domingo, já se reuniu com representantes do governo federal e também vai se encontrar com lideranças do Rio e de São Paulo.

O objetivo da visita, que deve durar cerca de uma semana, é conversar com atuais parceiros da agência e, além disso, selecionar representantes dos universos privado e público brasileiro para participarem de uma série de visitas técnicas que serão promovidas pelo órgão aos Estados Unidos nos próximos dois anos.

As iniciativas, recém-aprovadas, serão financiadas pela USTDA. A ideia do governo Joe Biden é aproximar mais de 50 brasileiros de agentes setoriais americanos especialistas em regulação e em tecnologia, indústrias, prestadores de serviços e financiadores. Em sua passagem por São Paulo, a agenda da americana inclui uma reunião com o governador Tarcísio de Freitas. No Rio, prefeitura, governo estadual e Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) serão visitados.

Já na capital federal, ela conversou com representantes da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e dos Ministérios de Portos e Aeroportos e da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.

“Foi muito positiva a experiência [da conversa com representantes do governo em Brasília]. Existe uma clareza no Brasil de quais são as prioridades."

Especificamente sobre o interesse em desenvolver projetos conjuntos em energia limpa, ela avaliou que o Brasil “está pensando com foco no futuro”. “Energia limpa é um foco comum para os dois países, que têm dois presidentes [Luiz Inacio Lula da Silva e Joe Biden] que já falaram sobre a importância do clima”, continua Enoh Ebong.

Há duas consequências dos movimentos estratégicos atuais, reiterou. Nascerem novos projetos-piloto em comum entre atores dos dois países ou brasileiros interessados em adquirir tecnologia americana.

As missões comerciais reversas, como também são chamadas as visitas técnicas que estão sendo estruturadas, deverão levar cerca de 30 brasileiros interessados em tecnologias digitais para geração, distribuição e transmissão de energia renovável. Também devem participar outras 20 pessoas que tenham foco em aumento de eficiência operacional para transporte ferroviário de passageiros e carga. A iniciativa inclui um terceiro grupo, ainda sem tamanho definido, interessado em conhecer os avanços recentes dos EUA em projetos de redução de metano.

Segundo a americana, o calendário e as listas de participantes dos dois países ainda estão em elaboração.

Além de ações de aproximação, a agência também financia iniciativas como estudos de viabilidade e assistência técnica para a implementação de tecnologias americanas em projetos brasileiros.

Ela conta que a USTDA se envolveu em centenas de projetos no Brasil desde 1992, e entre os parceiros estão a CPTM, Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), Associação Brasileira de Transporte Ferroviário de Passageiros (ANPTrilhos) e a concessionária pernambucana de saneamento Compesa.

Com a Cemig, por exemplo, há assistência técnica em um plano de investimentos que visa integrar maior número de consumidores e de sistemas de energia solar em sua rede. Já a assistência técnica à Abradee permite a implantação de redes inteligentes em larga escala pelo país, segundo a agência americana. Os associados da Abradee alcançam 99,8% dos consumidores brasileiros, e o objetivo do projeto é melhorar eficiência e integrar energias renováveis.
Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 14/09/2023

BUROCRACIA PODE GERAR PERDAS DE R$ 59 BI EM 3 ANOS

Tempo elevado para aprovação de documentos junto à administração pública, regularização fundiária e insegurança jurídica estão entre os principais desafios
Por Anaïs Fernandes — De São Paulo

A ineficiência burocrática pode custar cerca de R$ 59 bilhões à construção brasileira até 2025, de acordo com um estudo elaborado pela Deloitte a pedido da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

O custo da burocracia foi estimado em três etapas e foi calculado com base em consultas a 40 executivos de seis segmentos - construção imobiliária e infraestrutura, que inclui rodovias, ferrovias, portos, saneamento e energia elétrica - e de órgãos públicos.

Na primeira, as entrevistas com os executivos forneceram um parâmetro médio para os seis segmentos avaliados - por exemplo, prédios têm uma torre e a implantação de rodovias em áreas urbanas é de 100 km.

Na segunda etapa, foram coletados os períodos de intervalo médios para cada tipo de obra, de acordo com o parâmetro estabelecido, e consolidados em três grupos: os piores prazos, os melhores e a média dos casos.

A partir da diferença entre os prazos médios, que representam a maior parte das obras, e a melhor referência de tempo, o estudo estimou o impacto da burocracia na construção para cada tipo de obra. O levantamento aponta que o aumento do prazo médio de execução pode ser de até 16 meses em obras de infraestrutura e de até 13 meses para construção imobiliária, na comparação com as médias dos melhores prazos apresentados pelos executivos entrevistados.

Por fim, esses resultados foram extrapolados para os anúncios de investimentos no setor de construção para 2023, 2024 e 2025, a partir de dados do Plano Integrado de Longo Prazo da Infraestrutura (PILPI), da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e de informações da “Economist”.

O valor presente líquido dos melhores casos foi estimado em R$ 748,9 bilhões, enquanto a média dos casos foi de R$ 689,8 bilhões -daí a diferença de R$ 59,1 bilhões, que representa o “custo da ineficiência burocrática”. O resultado, segundo a Deloitte, deve ser interpretado como uma referência aos potenciais ganhos desperdiçados no custo do capital.

As obras de rodovias representam quase 12% desse “prejuízo”. Em seguida, estão a construção imobiliária (9,7%) e, depois, as ferrovias (8,4%).

“Não podemos nos dar ao luxo de ter uma demora na execução de obras e infraestrutura, mas esse custo elevado da burocracia atrapalha e encarece todos esses investimentos”, afirma Eduardo Capobianco, presidente do Conselho Superior da Indústria da Construção (Consic) da Fiesp.

A pesquisa também identificou os cinco desafios burocráticos gerais da construção e os específicos de cada uma das duas grandes áreas (imobiliária e infraestrutura). Entre os desafios gerais, estão o tempo elevado para aprovação de documentos junto à administração pública, a regularização

fundiária, a insegurança jurídica, além do desalinhamento entre órgãos e esferas de poder no processo e na autorização de projetos em mais de uma jurisdição.

“Criam-se processo burocráticos bastante longos e demorados, com várias esteiras nem sempre vinculadas, mas em que uma depende da outra. Falta um local único”, afirma Capobianco.

Na construção imobiliária, na qual a liberação de projeto pode levar até dois anos, 74% dos entrevistados citam o tempo para aprovação de documentos nas prefeituras como maior problema.

No setor de infraestrutura, em que a espera pode se prolongar por até sete anos, 78% consideram o prazo de aprovação dos documentos pelos órgãos públicos o maior entrave.

O estudo destaca que “algumas melhorias já vêm sendo feitas, mas ainda há espaço para que novas soluções ampliem os ganhos de eficiência”, por meio da simplificação e modernização de processos, da transformação digital na cadeia da construção, da transparência e clareza nas aprovações, da gestão documental inteligente (smartdocs) e da consulta unificada de leis.

“O Brasil é muito assimétrico no que se refere aos avanços em termos de tecnologia da informação e digitalização dos processos entre Estado, municípios e suas agências”, diz Capobianco.
Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 14/09/2023

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

REVITALIZAÇÃO DEVE FOCAR EM COMPETITIVIDADE, APONTA MDIC

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 14/09/2023 - 20:32

Arquivo/Divulgação

Representante do ministério disse que agentes vêm discutindo temas como financiamento, tributação, regulação e descarbonização em busca de estabilidade para períodos de baixa demanda, independente de metas de conteúdo local

O coordenador-geral de bens de capital do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC),Carlos Halfeld, disse, nesta quinta-feira (14), que vem sendo feito um trabalho de médio e longo prazo cujo foco é atingir a independência de uma eventual exigência de conteúdo local. Ele ressaltou que o objetivo final precisa ser o ganho de competitividade no atendimento dos produtos demandados. Halfeld apontou a necessidade de um trabalho conjunto para que a indústria tenha maior estabilidade e consiga superar momentos de menor demanda.

O MDIC considera que o setor naval obteve avanços, mas enfrentou momentos de forte retração. Um dos desafios para impedir uma nova desmobilização da indústria brasileira passa por ela suprir parte da demanda com exportações. “Temos que desenvolver uma indústria competitiva a nível internacional que consiga fornecer por seus próprios méritos, pelo interesse dos compradores em adquirir produtos com tecnologia e pegada de carbono adequadas”, afirmou Halfeld, durante o webinar ‘Energy Talks - Revitalização da Indústria Naval’, promovido pela agência EPBR.

Ele ponderou que todos os países buscam, de alguma forma, exigir algum conteúdo local para que indústrias instaladas em seus territórios evoluam de forma mais rápida. “Não descartamos alguma

ação nesse sentido, mas entendo que seria importante [ganho de competitividade] como ponto inicial para que a indústria possa se levantar nesse momento em que está com dificuldade", comentou.

Halfeld afirmou que o governo tem a preocupação de que o setor naval receba atenção diferenciada para aumentar o número de empregos gerados, assim como a atração de tecnologia e o desenvolvimento de engenharia. "Esperamos que, com sua revitalização, haja reflexos positivos, inclusive na navegação marítima (cabotagem) e reflexos em toda indústria que fornece equipamentos para construção e às cidades que abrigam os estaleiros", projetou.

O MDIC vê a necessidade de atacar diversas vertentes para a indústria retomar as atividades e ter uma capacitação no longo prazo. Halfeld lembrou que o setor perdeu profissionais qualificados e disse que a formação de profissionais é um dos primeiros aspectos a ser considerado para uma expansão das atividades de construção naval no país.

Ele avalia que a indústria naval carece de uma projeção de trabalho interno e de possíveis exportações, para não sofrer tanto se houver outros períodos de retração. Segundo o coordenador, existem pontos que vêm sendo estudados que impactam o setor, como financiamento, tributação e regulação. O MDIC também observa a tendência de redução de emissão de carbono na construção e na operação das embarcações.

Halfeld observa uma preocupação maior em observar a economia circular abrangendo o ciclo de vida completo de embarcações, da concepção do projeto até o desmantelamento. Ele acrescentou que a futura construção de geradores eólicos offshore deverá mobilizar estaleiros brasileiros em algum momento, já que essa é uma tendência mundial e também porque o Brasil tem um grande potencial mapeado. "Estamos otimistas que, em conjunto com trabalhadores, setor produtivo, governo e usuários finais consigamos desenvolver bem e levar esse setor ao patamar que merece e que o Brasil precisa", afirmou.
Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 14/09/2023

PORTOS RS CONTRATA STARTUP PARA MONITORAR LEITO MARINHO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 14/09/2023 - 18:40

A DockTech, startup israelense, celebrou com a Portos RS contrato nesta quarta-feira (13) para fornecer tecnologia de monitoramento em tempo real das profundidades do leito marítimo, com o objetivo de aumentar a eficiência e a segurança das operações marítimas e portuárias.

A companhia, por meio da tecnologia de gêmeos digitais e análise massiva de dados, desenvolveu uma solução que utiliza as medições de profundidade coletadas por rebocadores e embarcações de apoio portuário para criar uma representação virtual do leito marinho dos portos e vias de navegação. Desta forma, a solução permite acompanhar em tempo real a profundidade dos canais e entender como o padrão de assoreamento dos portos pode afetar a segurança da navegação e o transporte de cargas.

Após dois anos de colaboração, testes e coleta de dados, o sistema monitora o leito marítimo e hidroviário das vias de navegação dos complexos portuários administrados pela Portos RS, por meio dos rebocadores da Wilson Sons e outras embarcações que operam na região. Foram instalados dispositivos nas embarcações, envolvendo a integração da solução tecnológica com sensores de maré e dados AIS (Automatic Identification System), além de toda a configuração de marés, zoneamento e demarcações no sistema.

O sistema da DockTech contratado pela Portos RS utiliza-se de dispositivos instalados em embarcações locais para obtenção das informações relacionadas às condições de profundidade ao longo do canal de navegação. A autoridade portuária ressalta que o controle e acompanhamento dos assoreamentos dos canais de navegação possibilitará que as equipes técnicas obtenham informações de forma mais ágil e precisa. Segundo a Portos RS, com a ferramenta será possível fazer intervenções pontuais, onde os assoreamentos são mais graves, gerando grande economia com os custos dessas obras.

Atualmente, a Portos RS é responsável pela administração de mais de 754 quilômetros de vias navegáveis dos portos públicos de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre. Em 2022, no total foram quase 40 milhões de toneladas de cargas movimentadas nesses portos.
Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 14/09/2023

MAERSK NOMEIA PRIMEIRO PORTA-CONTÊINERES DO MUNDO MOVIDO A METANOL

Da Redação NAVEGAÇÃO 14/09/2023 - 18:33

O primeiro navio porta-contêineres do mundo movido a metanol terá o nome “Laura Mærsk”, informou a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, que liderou a cerimônia em Copenhagen, nesta quinta-feira (14). “Laura Mærsk é um marco histórico para o transporte marítimo em todo o mundo. Mostra o espírito empreendedor que caracteriza a Maersk desde a fundação da empresa. No entanto, mais importante ainda, este navio é uma prova muito real de que quando nós, como indústria, nos unimos através de esforços e parcerias intencionais, surge um caminho tangível e optimista para um futuro sustentável. Este novo navio verde é o avanço que precisávamos, mas ainda temos um longo caminho a percorrer antes de chegarmos a zero”, disse o CEO da companhia, Vincent Clerc.

“Laura” é o nome do primeiro navio da Maersk, adquirido em 1886 pelo capitão Peter Maersk Moller.

A Maersk tem uma meta ambiciosa para 2040 de atingir emissões líquidas zero de gases de efeito estufa e pretende transportar um mínimo de 25% da carga oceânica usando combustíveis verdes até 2030. O navio alimentador de 2.100 TEUs é um passo importante em direção ao objetivo de longo prazo de renovar gradualmente toda a frota da Maersk para operar exclusivamente com combustíveis verdes.

A Maersk tem mais 24 navios de metanol encomendados para entrega entre 2024 e 2027 e uma política de encomendar apenas novos navios que venham com uma opção de combustível verde.
Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 14/09/2023

ANP FARÁ CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICAS SOBRE INCLUSÃO DE CORANTE NO ÓLEO DIESEL MARÍTIMO

Da Redação NAVEGAÇÃO 14/09/2023 - 18:23

A ANP aprovou nesta quinta-feira (14) relatório de análise de impacto regulatório, bem como a realização de consulta e audiência públicas sobre a revisão da Resolução ANP nº 903/2022, que dispõe sobre as especificações dos combustíveis de uso aquaviário e suas regras de comercialização. A alteração proposta é a inclusão da obrigatoriedade de adição de corante ao óleo diesel marítimo.

O objetivo da proposta é diferenciar, visualmente, o óleo diesel marítimo do óleo diesel rodoviário S10, coibindo, assim, possível comercialização irregular do produto. A intenção é evitar que o combustível marítimo venha a ser comercializado como se fosse o rodoviário, uma vez que possui preço menor, o que poderia estimular a obtenção de vantagens financeiras indevidas por agentes econômicos.

Os dois produtos possuem especificações distintas entre si, e o uso do diesel marítimo em veículos automotivos pode causar problemas no motor, danificando o sistema de pós-tratamento, uma vez que este diesel pode conter até 0,5 % de enxofre (5000 mg/kg de enxofre). Assim, como consequência pode gerar uma maior emissão dos gases resultantes da queima do combustível.

Com isso, a ANP decidiu estudar a possibilidade de adição de corante no diesel marítimo e incluiu o tema em sua agenda regulatória em março deste ano. Os estudos foram conduzidos pelo Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas da Agência (CPT), cujos resultados apontaram para a utilização do corante de coloração violeta.
Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 14/09/2023

PETROBRAS ESTUDA PROJETOS DE ENERGIA EÓLICA OFFSHORE EM NOVAS ÁREAS DO LITORAL BRASILEIRO

Da Redação OFFSHORE 14/09/2023 - 18:20

A Petrobras informa encaminhou ao Ibama pedido para iniciar o processo de licenciamento ambiental de dez áreas no mar brasileiro destinadas ao desenvolvimento de projetos de energia eólica offshore. Desse total, sete áreas estão na região Nordeste (três no Rio Grande do Norte, três no Ceará e uma no Maranhão); duas no Sudeste (uma no Rio de Janeiro e uma no Espírito Santo) e uma no Sul do país (no Rio Grande do Sul).

Somadas, essas áreas, que serão avaliadas, têm um potencial para o desenvolvimento de projetos eólicos offshore com capacidade de até 23 GW. Com isso, a Petrobras passa a ser a empresa com o maior potencial de geração de energia eólica offshore no Brasil em capacidade protocolada junto ao Ibama.

O pedido de início de licenciamento é uma sinalização de interesse da Petrobras para o desenvolvimento de projetos próprios, além dos projetos em parceria, que continuam sendo uma prioridade, a exemplo das áreas que estão sendo estudadas em conjunto com a Equinor. As duas empresas estão avaliando a viabilidade técnico-econômica e ambiental de sete projetos de geração de energia eólica offshore na costa brasileira, com potencial para gerar até 14,5 GW, conforme divulgado em 6 de março.

A Petrobras já conduz a maior campanha de mapeamento eólico no Brasil. Este ano, a companhia completa uma década de medições eólicas offshore e está intensificando as campanhas de medição eólica em algumas locações no mar brasileiro, fundamentais para a avaliação da viabilidade técnica de futuras instalações de energia eólica offshore. É o caso, por exemplo, de seis plataformas localizadas em águas rasas no litoral dos estados do Rio Grande do Norte, Ceará e Espírito Santo.

A área escolhida no estado do Rio de Janeiro apresenta um diferencial entre todas as outras já protocoladas junto ao Ibama para projetos de eólica offshore, já que é a única posicionada em profundidade d´água maior que 100 metros, na qual não é possível utilizar fundações fixas, cravadas diretamente no solo marinho. Para esse caso, as instalações têm que ser flutuantes e sua viabilização abrirá possibilidades de integração e fornecimento de energia para as plataformas de produção da companhia.

Esse tipo de solicitação junto ao Ibama não garante o direito sobre as áreas, o que deve acontecer somente após processo a ser conduzido conforme a regulação em discussão no âmbito do Congresso Nacional.
Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 14/09/2023

PRORROGAÇÃO DO REPORTO SERÁ UM DOS PRINCIPAIS TEMAS NA AGENDA EMPRESARIAL COM COSTA FILHO

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 14/09/2023 - 15:54

Arquivo/Divulgação

Terminais ainda articulam solução para manutenção do benefício tributário, que expira no final deste ano, e para garantir segurança para investimentos no setor portuário

A prorrogação do Reporto será um dos temas mais urgentes a serem tratados nas primeiras reuniões do ministro de Portos e Aeroportos (MPor), Silvio Costa Filho, empossado na última quarta-feira (13). A expectativa do setor empresarial é que o novo chefe da pasta mantenha conversas com o governo e Congresso a fim de encontrar uma solução para o regime especial para compra de equipamentos portuários ser estendido. O Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária e Ferroviária (lei 11.033/2004) perderá a validade em 31 de dezembro de 2023, pela vigência autal.

As entidades setoriais afirmam que esse prazo inviabiliza a atração de novos investimentos que são importantes para a modernização da infraestrutura portuária. O benefício do Reporto permite a desoneração de equipamentos de movimentação de carga. O Regime Tributário para incentivo à Modernização e a Ampliação da Estrutura Portuária foi criado em 2004 e vem sendo renovado desde então.

Atualmente existem duas frentes em discussão relacionadas ao Reporto: a inclusão do regime na PEC da Reforma Tributária e o instrumento legislativo para estender o benefício enquanto a Reforma Tributária não estiver totalmente consolidada. A expectativa é que essa prorrogação ocorra por meio de um projeto de lei (PL).

No Congresso tramita um PL 4.885/2016, sob a relatoria do deputado federal Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP), que preside a frente parlamentar de portos e aeroportos. O PL 4885/2016 tramita na na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara e aguarda parecer do relator, que foi designado no final de agosto de 2023. No último dia 4 de setembro, a CFT reabriu o prazo para emendas ao projeto, que poderão ser apresentadas em cinco sessões. A proposta possui outros dois PLs de 2019 apensados que também tratam da prorrogação do prazo do Reporto — um deles para 31 de dezembro de 2025.

Outra possibilidade é que o poder executivo edite um projeto de lei. Inicialmente, o governo estava trabalhando numa medida provisória (MP) para garantir a extensão do regime durante a transição de regimes tributários, que deve durar em torno de cinco anos. Mas a Casa Civil orientou a conversão do instrumento em PL.

O diretor-presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Silva, acredita que a recente troca no comando do MPor não causará interrupção na evolução das ações políticas relacionadas às questões portuárias, por se tratar de um assunto de interesse do Estado brasileiro. Ele reiterou que a associação, que representa 234 terminais portuários, está disponível para discutir a realidade e as perspectivas do setor, bem como apresentar um conjunto de propostas técnicas voltadas ao aperfeiçoamento da gestão portuária.
Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 14/09/2023

MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na *www.mercoshipping.com* e no *www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda*

Fonte : InforMS
Data: 14/09/2023